



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 431ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 04 de março de 2024.

Realizou-se no dia 04 de março de 2024, às 09h00, por meio híbrido, presencial e por videoconferência, a 431ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, realizada e transmitida do Plenário “Prof. Paulo Nogueira Neto” (Sala de Reuniões do CONSEMA), na Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, Prédio 6, 1º andar. A reunião foi presidida pelo Subsecretário de Meio Ambiente e Presidente Suplente, **Jônatas Souza da Trindade**, tendo comparecido os(as) conselheiros(as) **Lucia Bastos Ribeiro de Sena (SEMIL/Meio Ambiente)**, **Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza**, Subsecretária de Recursos Hídricos e Saneamento, **Anderson Barboza Esteves (SEMIL)**, **Marco Aurélio Nalon (SEMIL/IPA)**, **Marina Balestero dos Santos (SEMIL/CPLA)**, **Rafael Frigerio e João Thiago Wohnrath Mele (SEMIL/CFB)**, **Maria de Lourdes Rocha “Malu” Freire (SEMIL/CEA)**, **Rodrigo Levkovicz (SEMIL/FF)**, **Thomaz Miyazaki de Toledo e Mayla Matsuzaki Fukushima (SEMIL/Cetesb)**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel (SAA)**, **Maj. PM Júlio Cesar Araújo da Silva (SSP/CPAmb)**, **Luiz Sergio Ozorio Valentim (SES)**, **Amer Nagib Moussa Junior (SCEIC)**, **Eduardo Trani e Monica Therezinha Bartiê Rossi (SDUH)**, **José Fabio do Rego Torquato (STV)**, **Daniel Smolentzov (PGE)**, **Marco Antônio Barbieri e Jorge Luiz Silva Rocco (Fiesp)**, **Claudia Maria Lico Habib Tofano (MP/SP)**, **Eduardo Yoshikuni Missaka e Waleska Del Pietro Storani (CREA/SP)**, **Ricardo Crepaldi (ABES/SP)**, **Rosa Ramos (OAB/SP)**, **Denise Antonucci (CAU/SP)**, **Fernanda da Rocha Brando Fernandez (USP)**, **José Alexandre de Jesus Perinotto (Unesp)**, **Fernando Gallardo Vieira Prioste (ISA)**, **Henrique Callori Kefalás (Linha D’Água)**, **Paulo Nelson do Rego (Educa Brasil)**, **Edson Lobato (ICC)**, **Gilda Helena Leoncio Nunes (IIS)**, **Beloyanis Bueno Monteiro (SOS Mata Atlântica)**, **Eduardo de Lima Leduc (Cunhambebe)**, **Roberto Ulysses Resende (Iniciativa Verde)**, **Djalma Weffort de Oliveira (Apoena) e Valeria Quaglio (Caminho Suave)**. Constavam do **Expediente Preliminar**: 1) *Aprovação da Ata da 430ª Reunião Plenária Ordinária*; 2) *Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva*; 3) *Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia*. Constavam da **Ordem do Dia**: 1) **Oitiva Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo**. 2) **Ações desenvolvidas pelo Policiamento Ambiental no ano de 2023**. Abertos os trabalhos, a Secretária-Executiva do CONSEMA **Glória Roberta Paffi**, informou que a reunião ocorria por meio híbrido, por videoconferência e presencialmente. Esclareceu que a transmissão ao vivo da reunião pode ser acessada na página “@semilsp”, no Youtube. A Secretária-Executiva **Glória Roberta Paffi**, passou ao Expediente Preliminar e passou a palavra para o Presidente Suplente **Jônatas Souza da Trindade**, que prestou informes das principais ações da SEMIL durante o mês, a saber: parceria em pesquisas entre São Paulo e Japão que estimula a produção de estudos para jovens estudantes paulistas e japoneses; concessão da fiscalização de parques para a ARSESP; monitoramento da gestão dos criadores



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

46 de abelhas nativas sem ferrão; Programa Operações para o Carnaval abrangendo
47 rodovias estaduais, travessias litorâneas e parques urbanos; fez um apoio para
48 que houvesse o melhor cuidado na forma de gestão das travessias litorâneas;
49 repasse de 24 milhões do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição
50 para projetos de proteção e conservação de vegetação nativa, pagamento por
51 serviços ambientais, florestas multifuncionais e gestão municipal de resíduos;
52 atualização de normas de Licenciamento Ambiental pelo CONSEMA; desestatização
53 da Sabesp beneficia áreas rurais do Vale do Paraíba; previsão de aporte de 18
54 bilhões no Vale do Paraíba até 2060; execução do desassoreamento do rio Uma;
55 abertura de consultas públicas para o novo contrato da Sabesp; entrega de
56 moradias e saneamento a 186 famílias em São Sebastião; encontro SP Solar
57 dissemina o uso energia sustentável entre os municípios do interior; São Paulo
58 lidera o ranking nacional de energia solar distribuída; inauguração de flutuante da
59 estação no Terminal Marítimo, no Guarujá; investimento em mais de 100 milhões
60 em restauração no litoral norte, em decorrência das chuvas; realização das
61 audiências públicas do eixo norte do Trem Intercidades; liberação do tráfego em
62 toda a rodovia Mogi-Bertioga. A Secretária-Executiva **Glória Roberta Paffi**,
63 convidou todos os conselheiros e a sociedade para participar das próximas
64 Audiências Públicas convocadas pelo CONSEMA, informando que mais detalhes
65 para participação se encontram na página eletrônica do CONSEMA. Passou-se ao
66 momento destinado para os **Assuntos Gerais**. O conselheiro **Ricardo Crepaldi**,
67 divulgou o lançamento do documentário “Marcas do Chumbo”, que retrata a
68 contaminação de chumbo em Bauru, e posteriormente, a apresentação em evento
69 em São Paulo. Convidou todos a participarem das discussões sobre a
70 desestatização da Sabesp que estão sendo realizadas on line pela ABES. A
71 conselheira **Rosa Ramos**, sugeriu uma apresentação do Projeto Ecológico Rio
72 Tietê, que envolve saneamento, recursos hídricos, parques, urbanismo, como
73 pauta para uma próxima reunião plenária. **Djalma Weffort**, ressaltou a
74 importância da instalação de câmeras e dispositivos de proteção de fauna no
75 Parque Estadual do Morro do Diabo, onde têm acontecido muitos episódios de
76 atropelamento e pede interferência da SEMIL junto ao DER para a instalação
77 dessas câmeras. Destacou a necessidade de implantação de CETRAS (Centro de
78 Triagem e Reabilitação de Animais Selvagens) na região de Presidente Prudente,
79 visando uma maior agilidade no atendimento dos animais feridos ou resgatados e
80 mencionou ser importante discutir uma melhor estruturação da Polícia Ambiental.
81 A conselheira **Gilda Nunes**, reforçou o pedido de fiscalização na execução dos
82 VRAs para que seja verificado se foi executado apenas o que foi autorizado,
83 mencionou que o aplicativo Denuncia Ambiente não está sendo efetivo, que a
84 população não está tendo retorno das demandas e solicitou a atenção da SEMIL
85 para esses dois pontos. **José Fábio do Rego Torquato**, declarou que a Secretaria
86 de Turismo já está realizando as ações apresentadas anteriormente no CONSEMA
87 e que, um acordo de cooperação firmado com a Fundação Florestal irá integrar
88 essas ações com os espaços administrados pela Fundação Florestal. **José**
89 **Alexandre de Jesus Perinotto**, informou que a Unesp receberá o selo ODS
90 Educação, juntamente com mais 38 instituições de ensino do país, e que realizará



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

o evento Unesp Cidades, com a finalidade de oferecer para as prefeituras instrumentos e parcerias para que os ODSs possam ser atingidos nessas prefeituras. O **Major PM Júlio Cesar Araújo da Silva**, apresentou o **Coronel Leandro Carlos Navarro**, que substituirá o **Coronel Martins**, no CONSEMA e transmitiu os agradecimentos em leitura de mensagem redigida pelo Coronel Martins. O conselheiro **Beloyanis Monteiro**, apoiou a fala da conselheira Gilda, e passou a palavra para o conselheiro **Eduardo Leduc**, que também reforçou a fala da conselheira Gilda, sobre a necessidade de uma maior efetividade e fiscalização no VRA, sugeriu que seja feita uma apresentação, visando um esclarecimento e melhoria em todo o processo. O conselheiro **Roberto Resende**, citou que juntamente com outros representantes da sociedade civil irá formalizar um pedido de um relatório que retrate a distribuição dos últimos recursos da Câmara de Compensação destinados a cada Unidade de Conservação para que possam dar um retorno às comunidades. A Secretária-Executiva **Glória Roberta Paffi**, registrou o pedido de intervenção do conselheiro **Djalma Weffort**, incluindo uma questão sobre a incorporação da Mata Maturi no Parque Estadual do Rio Peixe. O Presidente em exercício **Jônatas Souza da Trindade**, se manifestou sobre cada um dos apontamentos feitos pelos conselheiros, inclusive com a indicação de providências a serem adotadas diante dos pleitos apresentados, abriu a palavra para os complementos e esclarecimentos dos conselheiros **Rodrigo Levkovicz** e **Thomaz Miyazaki de Toledo** da CETESB. A Secretária-Executiva **Glória Roberta Paffi**, solicitou ao conselheiro Djalma Weffort, que formalizasse sua pergunta por e-mail para que fosse dado o devido encaminhamento. Encerrado o Expediente Preliminar, passou-se ao primeiro item da Ordem do Dia, a “**Oitiva Sabesp**” – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo”. A exposição foi realizada pela conselheira e Subsecretária de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, **Samanta Tavares de Souza**, participaram a seguir dos debates os conselheiros e conselheiras, **Ricardo Crepaldi**, **Paulo Nelson do Rego**, **Daniel Smolentzov**, **Gilda Nunes**, **Fernando Gallardo Vieira Prioste**, **Eduardo Leduc**, **Beloyanis Monteiro**, **Jorge Luiz Silva Rocco**, **Henrique Kefalás**, **Rosa Ramos**, **Paulo Nelson do Rego** e **Eduardo Missaka**. Passou-se ao segundo item da Ordem do Dia, “**Ações desenvolvidas pelo Policiamento Ambiental** no ano de 2023”. A exposição foi realizada pelo conselheiro **Major PM Júlio Cesar Araújo da Silva**, e considerações do **Coronel da PM Leandro Carlos Navarro**. Participaram dos debates os conselheiros e conselheiras, **Alexandre Perinotto**, **Daniel Smolentzov**, **Paulo Nelson do Rego**, **Gilda Nunes**, **Fernando Gallardo Vieira Prioste**, **Rosa Ramos**, **Marco Aurélio Nalon**, **Ricardo Crepaldi**, **Rafael Frigerio**, **Eduardo Leduc** e **Henrique Kefalas**. A transcrição integral das falas se encontra anexa esta ata, e a gravação em vídeo dos trabalhos pode ser acessada na TV CONSEMA, disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://semil.sp.gov.br/category/consema/tvconsema/>. Eu, **Glória Roberta Paffi**, Secretária- Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

431ª ROP CONSEMA

[vídeo de 1,37 gb do drive]

00:05:05 Gloria Roberta Paffi (Sec. Executiva): Bom dia, senhor Jonatas, senhora Samanta, subsecretária de Recursos Hídricos, bom dia a todos os conselheiros e conselheiras presentes, também os que nos assistem de modo virtual. Tendo verificado quórum, vamos dar início aos trabalhos. Passamos também agora para a primeira parte do expediente preliminar. Com a palavra o senhor Jonatas.

00:05:53 Jonatas Trindade (presidente suplente): Bom dia, pessoal, vocês me ouvem? Fazer rapidamente um apanhado das notícias, dos principais fatos dos últimos dias. A SEMIL impulsiona parceria em pesquisas entre São Paulo e província japonesa, nós temos um trabalho de intercâmbio com Aichi, no Japão, que estimula a produção de estudos para os jovens estudantes paulistas com colegas da província japonesa. É um trabalho bastante antigo, de referência e tem servido realmente como intercâmbio fabuloso de conhecimento entre Japão e Brasil.

[vídeo youtube]

00:00:00 Jonatas Trindade: Parques concedidos passam a ter contratos fiscalizados pela Arsesp, então aqueles parques urbanos, eles passaram agora, a fiscalização dos contratos, a serem encontrados pela Arsesp. Ainda tem uma gestão técnica feita pela SEMIL, mas o contrato em si está sendo conduzido pela Arsesp. São Paulo tem quase 2500 criadores de abelhas nativas sem ferrão, e aí, o estado tem essa lógica de fazer o controle e o cuidado para que a gestão ocorra da melhor forma possível. Programa Operações para o Carnaval fez um apoio para que houvesse o melhor cuidado na forma de gestão das travessias litorâneas. O Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição aprova repasse de 24 milhões, são projetos direcionados, em especial, para quatro eixos, que é proteção e conservação de vegetação nativa, Pagamento por Serviços Ambientais, florestas multifuncionais e gestão municipal de resíduos, foi feito pelo FECOP (Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição) recentemente. O CONSEMA completa a atualização de normas de Licenciamento Ambiental, como os senhores e senhoras sabem. Áreas rurais do Vale do Paraíba receberam serão as mais beneficiadas com a Desestatização da Sabesp, que é um dos assuntos de hoje. Outros assuntos relacionados à Sabesp, como a previsão de aporte de 18 bilhões no Vale do Paraíba até 2060. Execução de desassoreamento do rio Una passa de 44%, na verdade, já avançou um pouco mais do que isso. O governo de São Paulo abriu consulta pública sobre o novo contrato da Sabesp, a Secretaria tem conduzido as Audiências Públicas, as consultas públicas recentemente. Em menos de um ano, o governo entrega moradias e saneamento a 186 famílias em São Sebastião, realmente foi em tempo recorde a construção e adequação em bairro, em especial de Maresias. Encontro em São Paulo, Solar, ajuda municípios a formatar projetos sustentáveis de energia dentro da lógica do que tem sido trabalhado o Plano de Ação Climática, pensar em projetos, em programas que tenham esse olhar com a energia sustentável. São Paulo lidera o ranking nacional de energia solar distribuída. Outros assuntos: flutuante

da estação, em Vicente Carvalho, é inaugurado, foi uma reforma grande que foi feita no Terminal Marítimo, lá em Guarujá. Chuvas no litoral norte, em um ano o governo de São Paulo investiu mais de 100 milhões em restauração, tem sido feito um trabalho grande lá. Recentemente, uma parceria Cetesb, na verdade, o cumprimento de um Termo de Compromisso feito com essa concessionária, em parceria com a Fundação Florestal, para a restauração das áreas lá no litoral, que sofreram com as chuvas do ano passado. Também, recentemente, começaram a ocorrer as Audiências Públicas, que vão debater o eixo norte do Trem Intercidades. Para finalizar, o governo de São Paulo libera o tráfego em toda a rodovia Mogi-Bertioga, em decorrência de deslizamentos no início do ano.

00:03:37 Gloria Roberta Paffi: Obrigada, Jonatas. Passo agora a comunicação da Secretaria Executiva. Convido a todos os conselheiros e toda a sociedade para participar das próximas Audiências Públicas convocadas pelo CONSEMA. No dia 5 de março haverá Audiência Pública sobre o Eia Rima da ampliação de atividades de extração de Basalto, em Gastão Vidigal. No dia 14 de março, haverá Audiência Pública sobre as obras de implantação da Unidade de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, em Lençóis Paulistas. Também, no dia 20 de março, haverá Audiência sobre o Eia Rima seccionamento da Linha de Transmissão LT 440, Bom Jardim, Água Azul, na subseção de Fernão Dias - Atibaia, São Paulo. As Audiências serão presenciais, com transmissão ao vivo pelo *YouTube*. Todas terão início às 17 horas e, para consultar o Edital de Convocação e outras informações para participação, acessar a página eletrônica “semil.sp.gov.br/consema”. Passamos agora aos assuntos gerais, inclusões de ordem de urgência. Com o tempo regulamentar de 30 minutos da fala, dividido entre os conselheiros, passamos agora aos assuntos de interesse geral. Tenho primeiramente, como inscrito, o senhor Ricardo Crepaldi, por favor. Os demais, por gentileza, que forem pedindo a palavra, por gentileza, apresente seu nome.

00:05:07 Ricardo Crepaldi (ABES): Bom dia a todos, bom dia à mesa. Roberta, parabéns pela sua primeira audiência. Isso é muito importante. Eu acho que posso falar em nome de todos os conselheiros, espere o apoio de todos, espere o apoio de todos no que precisar. Bom, há cerca de uma ou duas reuniões, eu falei sobre o lançamento de um documentário sobre o ocorrido em Bauru, sobre a questão do chumbo. O que eu queria colocar para vocês é que agora, no dia 21 à noite, vai ser feito o lançamento, em Bauru, desse documentário, Marcas do Chumbo e, posteriormente, no mês de abril, a princípio, a gente vai estar fazendo um evento aqui na ABES, em São Paulo, que é aqui perto da estação Pinheiros, bem pertinho daqui, a gente vai estar fazendo um evento e a gente vai estar fazendo uma roda de conversa, vamos convidar algumas pessoas, espero que, Jonatas, você possa ir, e o pessoal que está envolvido dentro da parte ambiental, Thomaz e representantes, para a gente fazer uma roda de discussão sobre aquele ocorrido. A gente não está ainda pronto, Jonatas, mas vamos fazer em abril, tá? Estamos definindo a data para ficar o melhor possível para todos. O lançamento é agora, dia 21, à noite, lá em Bauru, num local de eventos que está sendo fechado agora. Outro ponto rápido para colocar, é sobre nós continuamos na ABES, fazendo a nossas conversas sobre a questão da desestatização da Sabesp. Então, vocês estão todos convidados, é online, então continuamos com todas as discussões e

todas as outras discussões anteriores, incluindo a primeira, que a secretária Natália participou, estão disponíveis nos nossos canais do *YouTube*. Era só isso. Obrigado.

00:07:06 Gloria Roberta Paffi: Obrigada, Ricardo. Na sequência, Roberto Resende, Djalma. O próximo inscrito é a doutora Rosa Ramos, da OAB São Paulo.

00:07:33 Rosa Ramos (OAB): Olá, bom dia. Quero iniciar cumprimentando o Jonatas, que está presidindo hoje os trabalhos. Em seu nome, cumprimento todos, Jonatas, e você, Roberta, que está iniciando essa atividade como secretária executiva. Desejo muito sucesso, conte conosco também para o que você precisar. A minha fala é muito rápida, nós, da OAB, fomos procurados recentemente para nossa participação no impulsionamento, acredito que essa seja a intenção dos que nos procuraram, talvez muitos conheçam esse projeto, que é o Projeto Ecológico Rio Tietê, um projeto de 1974, portanto já há 50 anos, e um projeto que ainda está vivo, obviamente, mas que teve muito pouco da sua instalação. Esse projeto é do governo, ainda, do Paulo Egídio, e que teve todo o suporte do Ruy Ohtake. O projeto foi construído pelo Ruy Ohtake, e ele envolve três demandas, ou mais até, importantíssimas para que a gente discuta, debata, nesse conselho. Então, a minha sugestão é de encaminhamento, como um ponto de pauta para apresentação deste projeto aqui no conselho, sendo deliberado pelos conselheiros numa reunião, uma sessão ordinária, que fossem disponibilizado de 25 a 30 minutos para sua apresentação, porque é um projeto que envolve saneamento, recursos hídricos, parques, urbanismo, e eu creio que seja de total interesse deste conselho, então coloco para você, Jonatas, para que a gente possa deliberar da inclusão da apresentação deste projeto numa plenária.

00:09:41 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. O próximo inscrito, Djalma.

00:09:48 Djalma Weffort (APOENA): Bom dia a todos, obrigado. Bom, eu tenho aqui três assuntos que vou tratar bem sucintamente, já que são temas que nós já estamos debatendo há algum tempo aqui no CONSEMA, ou apenas revisitando os temas. O primeiro é em relação ao atropelamento de fauna que nós estamos tendo lá no Parque Estadual do Morro do Diabo. Nós estamos cobrando da Secretaria a instalação das câmeras e dos dispositivos de proteção dessa fauna. A gente tem insistido bastante em relação ao Morro do Diabo, porque é um local que tem acontecido episódios com a onça pintada. Mas os atropelamentos continuam em todos os nossos parques aqui no interior do estado. Então, a secretária já nos visitou, já conheceu de perto a questão e vamos pedir para a Secretaria puxar a orelha do DER para poder instalar essas câmeras. E esse assunto leva a um outro ponto, que há uma expectativa nossa aqui na região, no interior, de implantação do Cetras (Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Selvagens), também é uma necessidade. Hoje, um socorro de um animal atropelado, não só um animal atropelado, mas também em casos de tráfico de animais, um transporte demora de três a quatro horas para se levar no hospital veterinário, que fica no município de Assis. Então, nós temos um compromisso da Secretaria de instalar o Cetras aqui na região, já se falou no município de Presidente Prudente. Tem alguns prefeitos aqui que estão interessados, inclusive um dos prefeitos é Bárbara Vilches, de Presidente Venceslau, e até nós achamos um ponto tecnicamente melhor para instalar

o Cetras, porque ele está num ponto eco instante, entre várias Unidades de Conservação, onde acontecem os atropelamentos e também onde é divisa com os estados que fazem o tráfico de animais silvestres. Então, a gente tentar ver se a gente conseguia trabalhar nesse tema. Vocês sabem, Jonas, você sabe que, por exemplo, um animal não pode ficar três, quatro horas, um simples cachorro do mato demora quatro horas para ser atendido no hospital veterinário mais próximo, o que representa uma morte certa. Bom, também dizer que, no debate que nós vamos ter com a Polícia Ambiental, não sei se é um debate ou uma apresentação da Polícia Ambiental, nós vamos ter que discutir uma melhor estruturação para a Polícia Ambiental no estado de São Paulo. Tem já um debate de transformar a companhia de Presidente Prudente em um Batalhão, e transformar alguns outros agrupamentos em companhia, mas isso eu deixaria para conversarmos em um momento mais adequado. Seria isso, obrigado.

00:13:36 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. Próximo inscrito, Gilda Nunes.

00:13:45 Gilda Nunes: Bom dia. A minha fala vai mais uma vez sobre a questão do VRA. O VRA, aqui na nossa região, na nossa cidade, foi concedido e continua sendo em alguns municípios, de forma indiscriminada. Na realidade, as pessoas utilizam o VRA para desmatar áreas inteiras de Mata Atlântica, inclusive em APP, em área de Unidade de Conservação, como por exemplo, em Apas, e o que a gente vê é que, mesmo quando a gente faz a denúncia, a Polícia Ambiental ela não está preparada para verificar. Ela vai até o local, ela vê que tem uma placa do VRA, ela não faz a constatação de que aquele VRA ele não foi atendido, ou seja, foi desmatado muito mais do que a autorização permitia. Então, eu gostaria de pedir, mais uma vez, que a Secretaria olhasse para essa questão, a Cetesb, a Secretaria, SEMIL, e que fosse importante verificar todos esses VRAs concedidos, se realmente o que foi executado, foi o que foi autorizado, e que também houvesse uma preparação da Polícia Ambiental com relação a isso, que o aplicativo Denúncia Ambiente ele tivesse uma, digamos assim, um retorno para a população. Ele é um aplicativo de fácil acesso, porém as denúncias ficam esquecidas lá, o que dá a entender que não está sendo visto da forma que deveria. É um aplicativo muito bom, mas que precisa ter continuidade. A própria Cetesb, aqui na nossa região, ela diz que não verifica nada que está no Denúncia Ambiente, então, é importante que o Denúncia Ambiente seja efetivo mesmo, e que tenha essa capacitação da Polícia Ambiental. Então, eu gostaria de solicitar para que realmente houvesse um olhar para essas questões, principalmente aqui nas áreas de Mata Atlântica, porque os desmatamentos continuam e erroneamente autorizados por um VRA, é isso.

00:15:55 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. O próximo inscrito é o Fábio, da Secretaria de Turismo.

00:16:03 José Fábio do Rego Torquato (SETUR): Oi. Bom dia, pessoal. Primeiramente saudar a nova secretária, Glória, e desejar um bom trabalho aqui na Secretaria do CONSEMA. Agradecer ao Anselmo por tudo o que foi feito também. No final do ano passado nós estivemos aqui, por parte da Secretaria de Turismo, apresentando as ações, e esse ano nós já começamos, já estamos a todo vapor lá, e

uma coisa importante aconteceu. O Rodrigo, aqui da Fundação Florestal, na semana passada, nós nos reunimos a respeito de um acordo de cooperação para a integração das ações da Secretaria de Turismo com os espaços administrados pela Fundação Florestal. Então é um dos pontos que a gente vai tocar no decorrer do ano e vamos trazer as novidades aqui para vocês. Boa reunião para todos.

00:16:52 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. O próximo inscrito é Alexandre Perinotto.

00:17:02 José Alexandre de Jesus Perinotto (UNESP): Bom dia. Também agradeço ao trabalho todo realizado pelo Anselmo e desejo um profícuo trabalho a nossa nova secretária executiva. São duas comunicações, uma delas é que amanhã nós teremos, na Escola Paulista da Magistratura, a Unesp está sendo anfitriã de um evento que certifica 39 instituições de ensino do país com o selo ODS Educação, então é uma maneira, não só de ficar no discurso, mas levar os objetivos de desenvolvimento sustentável para as instituições de ensino do país. E amanhã vai ser, nós estamos fazendo essa reunião em que a Unesp vai receber esse selo, juntamente com outras 38 instituições brasileiras. E, no dia seguinte, no dia 6, nós estamos realizando um evento chamado Unesp Cidades, em que estamos recepcionando prefeitos das 24 cidades onde a Unesp tem campus, e outros prefeitos que foram convidados, para fazer essa interação da universidade com a prefeitura, oferecendo os serviços daquilo que nós somos especializados. Nós trabalhamos com as três áreas do conhecimento na graduação e na pós, oferecendo para as prefeituras também instrumentos e parcerias para que os ODSs possam ser atingidos nessas prefeituras. Era isso, muito obrigado. Boa reunião.

00:18:44 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. O próximo inscrito é o Júlio, da PMAMB.

00:18:53 Maj PM Júlio Cesar Araújo da Silva (SSP): Bom dia a todos. Vim noticiar que o Coronel Martins, então, era comandante do Policiamento Ambiental, ele deixou o comando a cerca de 10 dias, 15 dias e, em consequência, ele também deixa o conselho. Estamos aqui com o nosso novo comandante, Coronel Navarro, é um profissional que tem já uma larga experiência no policiamento ambiental, e o Coronel Martins deixou uma mensagem para o conselho, que eu gostaria de fazer a leitura. “Prezados membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por meio deste, venho expressar meus sinceros sentimentos de gratidão ao mesmo tempo em que me despeço, pois deixo o comando do policiamento ambiental e este Conselho Estadual do Meio Ambiente. É um misto de emoções que me despeço deste cargo que ocupei com orgulho e dedicação. Durante meu mandato como comandante da Polícia Ambiental tive o privilégio de trabalhar em estreita colaboração com o Conselho Estadual do Meio Ambiente, percebi o trabalho vital para a preservação, conservação, recuperação e defesa do meio ambiente em nosso estado de São Paulo, acompanhar de perto as políticas ambientais, estabelecer normas e padrões, além de conduzir Audiências Públicas e avaliar os Eia Rimas, que são tarefas cruciais para garantir um futuro sustentável para as gerações futuras. O comprometimento e a dedicação de cada um das senhoras e senhores em prol da causa ambiental, e a parceria e lealdade demonstradas por todos os membros do conselho, são inestimáveis e fundamentais

para o sucesso dos nossos esforços em proteger e preservar o meio ambiente. Foi uma honra e um privilégio trabalhar ao lado de profissionais tão dedicados e comprometidos com a causa ambiental. Desejo a todos e todas sucesso na continuação de vossos mandatos. Com os melhores cumprimentos, assina Dinael Carlos Martins”. Fazer essa leitura e, realmente, apontar que o Coronel Navarro, que está aqui ao meu lado, já começamos a tramitar a documentação para que ele tenha aqui o assento titular da Secretaria de Segurança Pública nesse conselho, acho que é isso. Muito obrigado.

00:21:04 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. O próximo e último inscrito é o conselheiro Beloyanis.

00:21:11 Beloyanis Monteiro (SOS Mata Atlântica): Bom dia. Eu quero saudar, dar as boas vindas para a Roberta. Espero que a gente, enquanto sociedade civil, mantenha um bom relacionamento. E agradecer ao Anselmo que, nesse tempo todo, foi um companheiro e encaminhou as nossas demandas. Acho que isso é fundamental, que a gente tenha esse relacionamento com você para a gente fazer um bom trabalho aqui. Eu vou pegar e vou passar a palavra para os meus dois companheiros aqui, que eu não falei os meus dois minutos, mas eu quero reforçar a fala da Gilda, e apoiar a fala da Gilda, que achei que foi uma fala bem importante.

00:21:11 Eduardo Leduc: Bom dia a todos. Bem-vinda, Roberta, e sucesso ao Anselmo nos seus novos desafios. Eu gostaria de reforçar também a palavra da Gilda, no sentido de, talvez, solicitar realmente uma verificação, não sei se uma apresentação, sobre o tema da Via Rápida Ambiental, corte de árvores isoladas, porque eu também percebo, como a Gilda comentou, talvez o mau uso e uma dificuldade de fiscalização, uma vez que, se alguém denuncia, a pessoa fala, “eu tenho aqui a Licença”, e você não consegue entender se era para uma árvore, duas árvores, o que foi feito, a própria Polícia Ambiental, tenho observado, tem as dificuldades de lidar com o tema do VRA, embora, aparentemente, alguns municípios já não fazem mais, porque o município que fazia Licenciamento, que faz Licenciamento, não faz, mas não sei se os que estão lá foram feitos antes dessa normativa, mas está realmente, se a gente tivesse um raio x disso, o aprendizado disso e ver, inclusive, como vai lidar com isso no Licenciamento Municipal Ambiental, uma vez que teremos os consórcios. Então, esse é um tema extremamente importante, que as áreas de Mata Atlântica próximas às áreas urbanas, aparentemente estão se utilizando do VRA para irem desmatando o passo a passo e quase uma pequena indústriazinha de escrever VRA aparentemente vai surgindo, e as pessoas se sentem respaldadas. Então eu gostaria de reforçar, pedindo essa verificação, talvez uma apresentação aqui, para a gente evitar que isso ocorra daqui a adiante. Obrigado, eu vou passar aqui para o Roberto.

00:23:43 Roberto Resende (Iniciativa Verde): Obrigado. Bom, desejar bom trabalho aqui para a nova secretária do CONSEMA, e também saudar o Anselmo na nova função, desejar sucesso para ambos. Rapidamente, é só acrescentar uma questão sobre a Câmara de Compensação Ambiental, que foi objeto de apresentação aqui há

algumas reuniões atrás, a gente gostaria, alguns representantes da sociedade civil, de formalizar um pedido de um relatório a respeito da distribuição desses recursos, considerando as Unidades de Conservação. Porque já foi feita uma apresentação há alguns meses atrás sobre a destinação dos recursos da CCA, em linhas gerais sobre os assuntos. A gente gostaria de atualizar também a posição sobre a destinação para cada Unidade, os que são também de caráter geral, para dar uma geografia melhor, uma retrato melhor dessa situação no estado. Obrigado.

00:24:38 Jonatas Trindade: Qual período, Roberto? Qual o período que você acha?

00:24:41 Roberto Resende: Pelo menos o último, se possível. Mas a gente vai fazer por email, não é melhor? Porque, como a gente atua no Vale do Ribeira, principalmente, recebemos muita proposta e muita pergunta a respeito dos conselheiros, dos representantes das comunidades de lá, a respeito dos usos da compensação ambiental. Obrigado, e das possibilidades.

00:25:05 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. Vou fazer a leitura aqui de uma intervenção do Djalma, que ele pediu para que fosse incluída uma pergunta sobre a incorporação da Mata Maturi no Parque Estadual do Rio Peixe. Senhor Jonatas, gostaria de comentar sobre os assuntos levantados?

00:25:44 Jonatas Trindade: Vamos lá, pessoal. Em relação ao documentário, nós estamos à disposição para participar, avisando com antecedência, por favor, porque a agenda aqui tem horas que é bem tumultuada, para não dizer o tempo todo. Teremos o maior prazer de participar, sem problema nenhum. Acho que é importante entender e participar dessas discussões técnicas, a gente gosta de participar desse tipo de discussão. Rosa Ramos, em relação ao Projeto Ecológico do Rio Tietê, o Integra Tietê, e aí eu posso passar a palavra para Samanta, a subsecretária Samanta, ele abarca parte do projeto do Ruy Ohtake, nós chegamos a ter uma reunião com o filho dele pouco depois da metade, agosto ou setembro, do ano passado, tentamos incorporar no nosso PPA aquilo que era possível de implementação, de projeto, e tem previsão sim, não abarca todo o projeto, que o projeto é muito grande, mas é uma priorização e um olhar especial em relação a áreas que tenham a sensibilidade ambiental e, ao mesmo tempo, a necessidade de ter equipamentos públicos para que a população possa visitar. Então, nós vamos pedir à Secretária Executiva do CONSEMA, para que inclua na pauta de uma próxima reunião a apresentação aqui do filho do Ruy Ohtake, sem problema nenhum. E aí, já agradecer a Roberta, nós já agradecemos a disponibilidade da Roberta de fazer parte aqui da Secretaria Executiva, o desafio de compor aqui esse CONSEMA. A vinda do Navarro em substituição ao Coronel, que tem também, trouxe para a gente a expectativa de sempre estar trabalhando juntos, Secretaria com Polícia Militar Ambiental, somos parceiros e entendemos o compromisso, a importância da Polícia Ambiental na fiscalização dos ilícitos ambientais, a relevância do trabalho que vocês fazem, tenho destacado isso o tempo todo, todos os fóruns que tenho participado com a Polícia Ambiental, a importância do trabalho de vocês, e de fortalecer esses laços de trabalho, na melhoria do planejamento, das ações de fiscalização, dar maior transparência também em relação a essas ações de fiscalização, quando

ocorrem, que também a gente tem uma questão de sigilo ou de segredo antes para que o infrator não possa se antecipar, então a gente tem toda uma estratégia, mas que a gente possa, realmente, trazer a tranquilidade do esforço do trabalho realizado pela Secretaria, pela Polícia Ambiental, no sentido de coibir os ilícitos. Outro ponto que foi colocado aqui, em relação ao atropelamento de fauna no Morro do Diabo, aí eu passo a palavra para o Rodrigo para explicar um pouquinho do trabalho que tem sido feito pela Fundação, e a cobrança ao DER que implemente ações e medidas para reduzir a questão da atropelamento de fauna, que é um problema mesmo, a gente tem tido esse olhar. E aí, para explicar um pouquinho, até para contextualizar, nós temos um trabalho que tem sido desenvolvido de planejamento muito robusto em relação à questão da fauna no estado de São Paulo, que abarca não só a questão do atropelamento, mas também a questão dos Cetras e outros assuntos correlacionados, em especial a questão de normatização. Estamos dando andamento a diversas normas que buscam trazer uma maior segurança técnica e jurídica para os procedimentos que são adotados. Mais recentemente nós trabalhamos, por exemplo, numa portaria, numa relação CFB, a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, e as CFS, que é a Coordenadoria de Fauna Silvestre, com o objetivo de estabelecer um procedimento melhor trabalhado, para que a gente possa ter uma atuação forte junto à Polícia Ambiental para a questão dos ilícitos de fauna. Então, não é uma estratégia única, é um conjunto de estratégia que está sendo trabalhada, nós vamos ter uma discussão com o Ministério Público Estadual na semana que vem, estava marcada para esta semana, se eu não me engano hoje à tarde, ou era amanhã à tarde, mas por conta de outras agendas, acabou que nós tivemos que postergar para semana que vem. Mas o objetivo é ter, e aí nós podemos, depois, apresentar aqui para o CONSEMA, quando consensuado com o Ministério Público, essa agenda que está sendo trabalhada, para explicar o trabalho em relação à fauna, que é um trabalho bastante estruturante. E aí, passando a palavra para o Rodrigo para explicar um pouquinho do que está sendo feito lá no Morro do Diabo.

00:30:56 Rodrigo Levkovicz (FF): Obrigado. Bom, primeiro, seja bem-vinda, Roberta, muito sucesso. Parabéns, Anselmo. Que bom que você continua aqui na Secretaria, que a gente pode continuar conversando. Desejar boa vinda, comandante, todo mundo muito feliz com a sua chegada, muito boa sorte, estamos juntos, a gente acredita muito no trabalho, na história do senhor, então a gente quer aprimorar as nossas ações. Rapidamente, no Morro do Diabo, até tô perguntando aqui para o DER, mas a Fundação, a Cetesb e o DER fecharam quais seriam as intervenções no Morro do Diabo. A gente compôs passagens de fauna, *step outs* (00:31:51) também, que são como se fossem escadinhas, caso o animal fique do lado da rodovia, ele consegue pular pela cerca para a floresta de novo, e o inverso ele não consegue. Foram discriminados, acho que 32 quilômetros de cerca, acho que oito *step outs* (00:32:11), e mais algumas passagens de fauna. Isso só não conseguiu ser licitado ano passado porque a gente teve o fechamento do orçamento e o comitê gestor pediu para que fosse aguardado esse ano e, até onde eu acompanhei, o DER estava colocando essa licitação, então, muito provavelmente até o final do ano a gente vai ter zerado essa pauta. E aí, por fim, Jonatas, se possível, só agradecer ao Fábio pela parceria do turismo, vamos juntos e dar um informe. Semana passada, a equipe da prefeitura

reintroduzir um grupo de oito bugios na Cantareira. Esses bugios foram resgatados na época da febre amarela, foram vacinados e foram soltos na Cantareira. Então, agradecer a parceria da equipe da prefeitura e todos os técnicos, eu acho que teve gente do IPA também envolvida que acompanharam esse projeto de pesquisa, se teve gente da Coordenadoria de Fauna, também agradeço, mas o importante é que os animais voltaram para a natureza, então a gente estava bastante feliz, obrigado.

00:33:12 Jonatas Trindade: E aí, para complementar a minha fala em relação ao que foi apresentado pelo conselheiro Djalma, nós temos um trabalho dentro desse planejamento de buscar os locais para implantação dos Cetras. Nós temos a previsão de alguns locais, mas estão sendo avaliados tecnicamente, e na região de Presidente Prudente, sim, tem a previsão de construção de um Cetras pela Secretaria de Estado e foi incluído, inclusive, no PPA, nosso plano para o anual. Então tem um trabalho, sim, sendo feito, depende da avaliação, e conseguir uma área apropriada para implantação de Cetras, que não pode ser em qualquer local, então, nós estamos estudando o melhor local para implantação desses Cetras. Em relação à fala da senhora Gilda Nunes, eu gostaria de passar a palavra para Cetesb, caso queira se manifestar em relação ao Via Rápida e em relação à supressão de vegetação.

00:34:09 Thomaz Toledo (Cetesb): Bom dia a todos. Acho que foi muito bem apontada, e de fato, o Via Rápida, como uma modalidade de emissão de autorizações, licenciamentos, precisa passar pela fiscalização. Eventuais atividades realizadas em desconformidade com a autorização dada, ela cabe fiscalização e apuração de responsabilidades e aplicação das penalidades. O canal de denúncia, Denúncia Ambiente, é um canal da SEMIL, o canal da Secretaria, e a Cetesb tem os canais da Cetesb também, e é nosso dever apurar, especialmente quando se trata de poluição, de controle de poluição. Então não é só a Cetesb quem faz a fiscalização no sistema da SEMIL, CFB e a Polícia Ambiental atuam de forma compartilhada. Então, o que a gente recebe não é a Cetesb que recebe diretamente pelo Denúncia Ambiente, mas parte dos casos é direcionado para Cetesb. Em geral, o que é associado à supressão de vegetação de forma irregular é direcionado para a Polícia, e fica para a Cetesb mais os casos de controle de poluição, mas nós fazemos a apuração, o que é recebido pelo Denúncia Ambiente é direcionado para uma dessas três instituições e a gente faz a apuração em conjunto. Então, acho que talvez fosse a informação que a conselheira Gilda trouxe, de eventual informação prestada por uma agência da Cetesb, de que a Cetesb não faria, não atenderia as denúncias recebidas pelo Denúncia Ambiente não é correta, eventualmente essa informação dada pela ponta da Cetesb não está correta, porque a gente recebe sim, distribuído pela SEMIL, os casos para a nossa apuração, e aí nos cabe a nossa obrigação, fazer a fiscalização. Tá bom, são esses os esclarecimentos.

00:36:28 Jonatas Trindade: Em relação à fala do professor Alexandre, que bom que a Unesp, mostrando ser uma universidade de referência, em especial a questão do ODS, acho que é importantíssimo, sempre estar mirando, olhando, porque os ODSs estabelecem. Isso foi incorporado também no nosso PPA, eu tenho insistido para que a gente inclua ou deixe mais transparente, aqui o ODS está sendo tratado com as

demandas trabalhadas pela Secretaria para dar essa visibilidade ao trabalho que é tão relevante, e essa vinculação com os ODS. Em relação a questão do VRA, foi muito reforçado, e a questão do que foi colocado pelo conselheiro Roberto, a importância de apresentar um relatório que explique como é que tem sido destinado, pode deixar que nós vamos falar com o Comitê, que trata da questão da compensação ambiental, e vamos fazer uma apresentação e um relatório a ser apresentado a todos os conselheiros, não tem problema nenhum, e na hora que precisar também, todos os processos são públicos, as nossas reuniões normalmente são gravadas. Se precisar de cópia da gravação, a gente disponibiliza sem problema nenhum.

00:38:02 Gloria Roberta Paffi: Queria informar ao senhor Djalma que possa encaminhar a pergunta dele por email depois, para que a gente possa encaminhar à Subsecretaria, para que possamos ter mais elementos em relação a Mata? A pergunta, da Mata Maturi, no Parque Estadual do Rio do Peixe. Obrigada.

00:38:22 Djalma Weffort: Ok, encaminho, sim.

00:38:29 Gloria Roberta Paffi: Passamos agora a segunda parte da Ordem do Dia, sendo a Oitiva da Sabesp, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. Com a palavra, a subsecretária de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, a senhora Samanta Tavares.

00:38:43 Samanta Tavares (Sabesp): Bom dia. Obrigada, Roberta. Antes de mais nada, gostaria de agradecer aos trabalhos do Anselmo durante esses anos aqui de CONSEMA, e dar boas-vindas para a Roberta. Conte conosco na Subsecretaria. Bom dia a todos os participantes desse dileto conselho, eu vou fazer uma breve apresentação, conforme foi solicitado, sobre o Projeto de Desestatização da Sabesp e, após a minha fala, fico aqui à disposição para que vocês tirem as dúvidas que considerarem necessárias. Bom, a gente preparou uma pauta bastante ampla, para trazer bastante insumos para vocês, então a gente está trazendo um panorama contextualizando o projeto, contextualizando o saneamento em São Paulo e o modelo de desestatização proposto pelo governo do estado de São Paulo. A gente vai trazer para vocês também como está o andamento da consulta pública e das Audiências, que estão em andamento. O Plano Regional de Saneamento, para trazer para vocês um pouco de como está estruturado, as mudanças desse novo contrato de concessão, os Planos de Investimento até a universalização, e depois até 2060, quando finda um novo contrato. Vamos trazer um aprofundamento sobre os indicadores de cobertura e qualidade, como está previsto, as mudanças e os benefícios que eles trazem para esse novo modelo, a regulação e questões de Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. Bom, trazendo um pouco das premissas, a gente começa, então, esse trabalho lá no início de 2023, com três principais pilares sobre o saneamento em São Paulo, e aí não só na Unidade Regional da Sabesp, que a gente chama de URAE I, mas para as demais Unidades também, modelo pelo qual já foi apresentado aqui para vocês o Universaliza São Paulo, há uns quatro, cinco meses atrás. Bom, mas aqui, trazendo a universalização dos serviços antecipados para 2029, a inclusão da população não atendida, principalmente aquelas residentes em áreas rurais e núcleos

urbanos informais consolidados e a redução tarifária, com foco principal na população vulnerável. Bom, aqui é um pouco do contexto geral das oportunidades, do contrato específico da Sabesp. A gente tem, como vem preconizado também na 14.026, que é a revisão da 11.447, de 2007, um foco na prestação de serviço regionalizada e o modelo da Sabesp é um exemplo de sucesso dessa prestação de serviço regionalizada. Na região metropolitana, 30 dos 39 municípios pertencem a um dos 10 sistemas de saneamento, de fornecimento de água, todos são interligados. Integra Tietê tem uma correlação absolutamente profunda entre municípios, de montante e a jusante. A maior ETE, que trata praticamente metade dos esgotos gerados no município de São Paulo fica no município de Barueri, e a gente também tem reversões de sistemas que demonstram essa prestação regionalizada. Além disso, o litoral, com cinco sistemas integrados e o interior também, com mais três sistemas integrados. Então, tendo em vista já essa questão da regionalização e da universalização em 2033, que vinha já, advinha do Novo Marco Legal do Saneamento, o estado de São Paulo fez uma revisão das suas estratégias, antecipando esse período de 33 para 29, e aí identificamos várias oportunidades de melhoria. A universalização, de fato, ainda não foi atendida em grande parte do estado, não há atendimento ainda em áreas rurais e os irregulares consolidados são parcialmente atendidos, tem uma necessidade da efetiva regionalização do saneamento, mas sempre respeitando a autonomia dos municípios, isso é bastante relevante, precisa ser ressaltado. A gente tem a questão de eventos climáticos extremos e que precisa de um olhar integrado, o ano passado a gente teve a questão do litoral norte, mas não muito distante, nós tivemos também a questão da crise hídrica aqui na região metropolitana de São Paulo. Aqui, trazendo um contexto de como se encontram os atuais contratos da Sabesp. A gente traz dois exemplos, mas eles não são só esses, nós temos outros. Então, aqui o município de Salesópolis tem como área atendível pela Sabesp apenas essa região em verde, essas duas bolinhas que a gente traz no mapa em verde, então a obrigatoriedade da Sabesp de atender com infraestrutura de água e esgoto está estabelecida nesses dois pontos. E à direita, o município de Guarulhos, que também apenas o contorno em verde é a área atendível, as demais áreas elas não estão inseridas nos contratos atuais. Além desses municípios, alguns outros possuem a mesma característica, e os resultados disso que nos traz hoje é que 25 bilhões de litros de esgoto hoje são gerados e não estão sendo tratados, despejados no Rio Tietê, e tem um impacto de longo prazo na despoluição do Tietê e dos afluentes se a gente, de verdade, não regularizar essa situação. O modelo desse contrato está de acordo com as regras anteriores ao Novo Marco Legal e, portanto, a Sabesp estava adequada na sua prestação de serviço. Com o advindo do Novo Marco Legal e a necessidade da inclusão nessas áreas rurais e dos núcleos informais consolidados, faz mais ainda premente a necessidade da revisão desses contratos. Bom, como eu já vinha dizendo, o Novo Marco exige isso hoje, fazendo esse novo olhar, a nova regra de universalização dos serviços, apenas 66 municípios, dos 375 atendidos pela Sabesp, atendem a premissa de água e esgoto para população total, que é a nova regra e, no total dos municípios da Sabesp, aproximadamente 1 milhão de pessoas, novos habitantes, deverão ser incluídos nesta base de operação. Aqui, como um exemplo, voltando lá ao município de Salesópolis, os domicílios atendíveis na área de concessão hoje, são 4300 domicílios, estando fora da área de concessão, 3900, praticamente metade. Então, se a gente olhar com a regra contratual

da Sabesp, olhando o índice de atendimento da área de concessão, a Sabesp hoje atende a 99%, com disponibilidade de rede de água, 68% com coleta e, desde o coletado, 99% é tratado. Quando a gente faz o De Para, olhando a nova premissa do Novo Marco Legal, que é a população total do município, o índice de atendimento cai para 52%, 36% de coleta e dos 36% coletados, 99% tratado. Bom, além dessas questões, do ponto de vista de área de atendimento, que a gente traz no contrato, tem também advindo do Novo Marco Legal, a questão do panorama da revisão da renovação das concessões em andamento pela Sabesp. Hoje, a Sabesp, então, tem os 375 municípios com contratos atualizados, mas a não realização da desestatização possibilita que ela perca relevância no estado de São Paulo, seguindo assim uma trajetória, se a trajetória das desestatizações continuarem, como elas estão ocorrendo, aproximadamente 50% dos municípios atendidos pela Sabesp, até 2038, terão seus contratos finalizados e uma nova licitação será feita, podendo a Sabesp ganhar ou não, o que coloca em risco a sua área atendida. E a evolução no setor do mercado privado, com uma projeção que a gente tem feito com base nos resultados dos últimos anos, é que o mercado privado esteja com 49% de atuação no país, dobrando ou chegando a triplicar até 2033 versus 2022, e a gente vai apresentar um pouquinho do que é isso aqui. Então, existe, a gente precisa ajustar a área atendível, de acordo com a legislação, e proteger a base operada da Sabesp e sua população atendida de eventuais perdas de operação, de base de operação. E a gente consegue fazer isso somente com a utilização do Artigo 14, da Lei 14.026, que possibilita a renovação do contrato e o aditamento de prazo, só mediante um período, um processo de desestatização. Aqui é um panorama atual da competição dos operadores privados, desde 2020 ele cresceu bastante quando a gente olha o volume de pessoas, municípios atendidos pelo setor privado, ele cresceu substancialmente até meados de 2023, e se continuar com essa projeção, a gente chega nos números apresentados no slide anterior. Então, esse era um pouco do cenário que a gente encontrou. Olhamos as premissas do governo, olhamos a questão da operação da Sabesp, como ela é dada, e olhamos as premissas que nós devemos atender a 14.026 e, a partir daí, então, desenhamos esse modelo de desestatização da Sabesp, que eu vou apresentar nesse momento. Bom, para isso a gente estudou quatro modelos possíveis de operação, o *follow-on*, com menor controle, que é um modelo semelhante ao que foi feito na Eletrobras. A Sabesp continua com a operadora. O controle é pulverizado entre os acionistas, é um modelo *corporation*. A participação do estado, no caso da Eletrobras, ficou com 42%, com menor limite de votos, e uma necessidade de capital de investidor menor. Depois, a gente identificou o *follow-on* com maior controle, onde a Sabesp permanece como operadora também, mas tem um controle concentrado. O que quer dizer isso? O governo do estado busca um acionista para, em conjunto com a Sabesp, o que a gente chama de acionista de referência para, em conjunto com a Sabesp, fazer a gestão além dos minoritários, onde o limite de votos é um pouco maior e a necessidade de aporte de capital é um aporte médio de capital. E depois, a gente tem os outros dois... Venda direta, parcial ou integral, onde tem uma possibilidade de troca de operadora, onde o *follow-on* não tem, tem a transferência da participação, a participação do estado na parcial ficaria menor, mas quem operaria seria um outro operador, ou na venda integral o governo sairia 100%. Não teria votos e a necessidade de aporte de capital alta ou altíssima. E aí, foi escolhido, então, o *follow-on*, onde o

governo ainda permanece como um acionista relevante, junto com um novo sócio, uma participação de 15% a 30%, com limite de votos razoável e uma necessidade de aporte média. Com esse modelo escolhido, a gente entende que será muito bom porque a Sabesp continua como operadora, utilizando o seu capital intelectual, o estado mantém uma participação relevante e tem um poder de veto, e continua acompanhando o crescimento e a universalização dos serviços. Isso vai permitir com que a gente obtenha recursos necessários para a universalização, que reduza a tarifa, que a gente tenha uma redução de tarifa, no não residencial e residencial normal, uma pequena redução e o foco maior no vulnerável, a gente consegue estruturar de uma forma que ela não tenha um único grande acionista, e vai possibilitar que a empresa seja uma plataforma multinacional de saneamento. Qual a comparação com a Sabesp atual e a Sabesp do futuro? A Sabesp atual e a Sabesp do futuro tem condições de agregar áreas rurais e núcleos urbanos informais consolidados, qualquer um dos dois modelos é possível. A universalização, com antecipação das metas para 2029, o modelo atual não atende, a gente não consegue antecipar as metas para 2029, e a Sabesp do futuro, consegue. A tarifa aumenta, a gente não consegue segurar a tarifa porque não tem aporte, subsídio do governo do estado de São Paulo e, naturalmente, a concepção da tarifa de um serviço de saneamento, ela é feita com base nos seus ativos, então, quanto maior, quanto mais expandir a base operada, maior o volume de ativos a serem remunerados e, portanto, um consequente aumento de tarifa. Isso só não ocorrerá no futuro porque o governo do estado está destinando 30% do valor da operação para que essa tarifa continue estabilizada. E a extensão contratual, a legislação atual não permite a extensão contratual e coloca em risco a redução do número de municípios operados pela Sabesp nos próximos 15 anos, chegando a 50%. E a Sabesp do futuro, esse modelo que a gente está estudando, permite a manutenção do número de municípios operados até 2060. O que muda desse modelo para o modelo futuro? O responsável pela gestão de recursos hídricos continua o DAEE, um órgão público. Quem é responsável para definir a tarifa e fazer a fiscalização do contrato juntamente com os municípios é a Arsesp. O dono da infraestrutura em municípios de região metropolitana, municípios e o estado, em municípios isolados, só os municípios. O titular dos serviços, a mesma coisa. Quem vai operar o serviço de saneamento continua sendo a Sabesp, só que o estado deixa de ter uma participação de 50%, passa a ter uma participação de 15% a 30%, mas ainda mantém um poder de veto. Bom, como que a gente está trabalhando a regionalização e os agrupamentos no contrato de São Paulo, da URAE I? Nós pegamos o estado de São Paulo, fizemos um agrupamento, sete agrupamentos para melhoria de governança do contrato. Então, aqui tem toda a área de concessão, e ela está dividida em sete grandes grupos: região metropolitana de São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Vale do Ribeira, Pardo/ Grande e PCJ, o verdinho, médio e baixo Tietê, esse marrom meio rosado, e a parte amarela é o Alto e Baixo Paranapanema. Nós levamos em consideração a gestão dos recursos hídricos, para manter essa integração dos Planos das Bacias Hidrográficas e das UGRHIS, e também o compartilhamento de infraestrutura e a racionalidade da governança mediante as regiões metropolitanas. Esses foram os dois critérios para definir os sete agrupamentos. E a partir deles, então, identificar os desafios que eram convergentes para esses núcleos, então o nível de cobertura, prevalência de áreas urbanas ou rurais, por exemplo, Vale do Ribeira, que

tem a maior prevalência de áreas rurais que demandam Infraestrutura, e o tipo de solução necessária para a universalização. Então nós, além de ter a URAE I concebida, nós dividimos ela em sete grandes agrupamentos que têm similaridades, e esses sete agrupamentos então, terão Comitês Técnicos e específicos para garantir a governança e melhoria da governança, através de estudos técnicos regionais. Além disso, a gente tem a Lei de Desestatização, que autoriza a desestatização da Sabesp, que foi aprovada em dezembro de 2023. Dentro dela, que vale ressaltar, a instituição do fundo, do Fundo FAUSP, Fundo de Apoio à Universalização de Saneamento no Estado de São Paulo, ele tem recursos para ações de saneamento básico, inclusive para a modicidade tarifária no setor. Então, o que traz, quais são os principais pontos? O estado destinará 30% do valor líquido obtido da desestatização. Além desses 30%, também serão destinados valores do estado a título de dividendos, ambos para também proporcionar a modicidade tarifária no esgotamento sanitário e a água do estado. Além disso, em casos de emergência ou calamidades públicas reconhecidas por um decreto do executivo em razão de eventos climáticos, os recursos do FAUSP também poderão ser utilizados a apoio, ações de saneamento e saúde pública, para apoio a população afetada, como o deslizamento do ano passado, em São Sebastião, ou uma eventual crise hídrica. E também foi instituído um conselho de orientação para assegurar a governança e transparência da utilização desses recursos. Bom, a gente iniciou um processo de consulta pública para ouvir a sociedade civil. Serão feitas oito consultas públicas em todo o estado de São Paulo. Esse período da consulta iniciou do dia 15 de fevereiro e vai até o dia 15 de março, no site da “semil.sp.gov.br/desestatizacaosabesp”, então todos os documentos estão disponíveis para discussão. A gente tem a minuta do contrato, em torno de 85 páginas, os Anexos ao contrato, que vai de 1 a 8, 103 páginas, e mais o Anexo do Município, de 60 páginas, em média. Então a gente tem, além dessa estrutura do contrato, nós temos o regimento da URAE, com 14 páginas, em consulta também, e também o Plano Regional de Saneamento, que também está disponível, já estruturado, com esses sete agrupamentos dos quais eu demonstrei agora há pouco. Além desse material para consulta, nós também estamos fazendo uma rodada por todo o estado, dividido pelos agrupamentos regionais, com Audiências Públicas iniciando às 14 horas. Nós já fizemos São Paulo, dia 23, Santos, dia 26, São José, dia 27, Registro, dia 29. Amanhã nós estaremos em Franca, dia 7, Presidente Prudente, dia 12, em Lins, e, por fim, uma Audiência Pública virtual, acessível a todas as regionais, nós vamos falar de toda a regionalização, e estará disponível no dia 14 de março, de modo virtual, a partir das 18 horas, para facilitar o acesso de toda a população que queira contribuir com nosso projeto, que é de grande relevância a receber contribuições para melhorar cada vez mais o material que está disponível. Sobre o Plano Regional, então a gente dividiu ele nessas regiões, e com soluções pensadas para cada um dos agrupamentos, considerando os eventos climáticos, considerando a escassez hídrica, considerando a ocorrência de falta d'água noturna, principalmente nas regiões metropolitanas, observando a preservação ambiental, então a gente está trazendo as questões de despoluição do Rio Tietê, dos mananciais, a balneabilidade das praias e também a proteção às Unidades de Conservação. Recuperação de asfalto pós obra, que é uma reclamação recorrente, principalmente das prefeituras, e um atendimento que a gente está construindo em parceria, alinhadas com as regras da Cetesb para atender os

domicílios rurais e isolados. Então, o Plano de Investimento foi todo montado, considerando esses desafios, foram considerados indicadores específicos para manutenção e para fiscalização de todos os domicílios, incluindo a sensorização e automação de cada um dos domicílios, para a gente identificar a falta d'água ponto a ponto. A universalização da coleta e tratamento em todas as áreas. Indicadores de qualidade, que falam também da qualidade do asfalto reposto, mas fala também da qualidade do esgoto tratado, não só do atendimento, mas após o tratamento, qual a qualidade daquele esgoto que está sendo devolvido à natureza. Bom, o Plano Regional foi estruturado com a caracterização geral da URAE, onde a gente fala da localização, da inserção regional, do desenvolvimento humano, das áreas de interesse social, uso e ocupação, as questões de APPs e Unidades de Conservação, disponibilidade hídrica e também da qualidade. Além disso, a gente parte para um diagnóstico de infraestrutura já existente, como que está a infraestrutura instalada pela Sabesp e quais os desafios impostos a partir desta infraestrutura, os objetivos e as metas para a universalização, projetando a demanda, a meta de água e de esgoto até 2060. Um capítulo específico sobre o saneamento rural e as áreas rurais, qual a situação atual, o diagnóstico e como que se dará o Programa de Saneamento Rural a ser conduzido nesse projeto. A questão da segurança hídrica, os investimentos necessários para garantir essa segurança. Ações para emergências e contingências, tanto para abastecimento de água quanto para o esgotamento sanitário, mecanismos de avaliação e eficácia, então, metodologia e desenvolvimento de indicadores que serão utilizados no contrato e os investimentos necessários para a expansão e melhoria, então, diretrizes para que a gente tenha elaborado o melhor Plano de Investimentos e os resumos dos investimentos necessários. Bom, esse é o Plano Regional que está disponível para a consulta de vocês, e aqui a gente traz os avanços, já olhando específico para o contrato. A tarifa e a universalização no contrato atual, os investimentos para a universalização levam ao aumento de tarifa, então de agora até 2033, que é a previsão de universalização dos serviços de saneamento no contrato atual da Sabesp, eles projetam um aumento de tarifa. No contrato novo que a gente está negociando, a gente fará o repasse do Fundo de Apoio à Universalização e, portanto, esse Fundo de Apoio à Universalização, ele sustentará essa tarifa durante o período de universalização, até que, e aqui é um ponto importante, até que a gente chegue a universalização e as tarifas da Sabesp atual com a Sabesp do futuro estejam equivalentes e a sociedade não absorva esses aumentos, então, aumento de investimento, com redução imediata da tarifa, de forma sustentável. A área de cobertura, na sua grande maioria, é a área urbana formal hoje. No futuro, entrará toda a área do município, então a formal, a informal consolidada e a rural, claro, que sempre resguardando as questões legais de expansão de infraestrutura. O prazo de universalização reduz em quatro anos, e se o município tiver um prazo inferior a esse, por exemplo, o município de Praia Grande tem um prazo até 2028, nós respeitamos o prazo menor, inferior e entregaremos a infraestrutura universalizada em 2028. Indicadores de expansão e de qualidade, hoje não existe penalidade para o prestador de serviço quanto a metas não atingidas. A Sabesp não tem penalidade tarifária nesse sentido, no novo contrato isso será inserido, incluindo um sistema de penalidades para metas não atendidas, com maior incentivo à universalização e à qualidade. Existe uma disponibilização de um Painel de acompanhamento de indicadores e metas. Ele será um Painel online, disponível para a

sociedade, para o governo do estado, para os municípios e para Arsesp, onde poderá ser acompanhado os indicadores, a meta, o planejamento dos investimentos e a realização dos investimentos. Hoje, isso é feito só de forma pontual, em relatórios anuais, encaminhados à municipalidade. Hoje não tem uma gestão sobre a qualidade da reposição asfáltica, foi definido em contrato a obrigação da reposição asfáltica com qualidade e a inclusão de um índice de conformidade de pavimentação para melhoria na gestão, para dar mais agilidade e transparência. Bom, o processo leva saneamento para mais pessoas, hoje nós temos 93% da população atendida com água, a gente vai chegar, em 2029, com 100%. 82% de esgoto coletado, a projeção é chegar em 2029 com 97%. E hoje nós temos 68% do esgoto com tratamento, nós vamos projetar, projetando para 2029, 97%. Com isso, a gente alcançará a despoluição dos rios e dos principais corpos d'água do estado de São Paulo, com água em quantidade e qualidade suficiente para todos. Como está o nosso Plano de Investimentos? O ciclo de investimentos vai até 2060, e aqui a gente está falando da Unidade Regional como um todo. No primeiro ciclo, de 23 a 29, 70 bilhões focados principalmente na universalização dos serviços. De 29 a 39, de 2030 a 2039, redução de perdas, melhorias e renovação de ativos. De 40 a 49, redução de perdas, modernização e tratamento de esgoto integral. Então, 62 bi, 75 bi e, por fim, 53 bi, o que leva aproximadamente 260 bilhões de investimentos até o final de 2060. Esses investimentos, e aqui dando um zoom nesse primeiro ciclo de cinco anos, eles estarão focados na universalização do acesso da água e do esgoto, então 64,5 bi, de 2024 a 2029, distribuído entre os municípios da URAE, e vocês vão observar aqui uma diferença entre os 70 bi e os 64. Essa diferença diz respeito ao volume de investimentos já realizados em 2023, que a gente tirou da base, porque o estudo inicia-se em 2023. Depois, as finalidades, 40 bi em ligações e expansão, e 24 bi ainda em renovações e outros investimentos, a gente mantém a renovação da infraestrutura para a manutenção dos índices de perdas, mas dá maior foco nas ligações e expansão. 32 bi em esgoto, 23 bi em água, uma previsão de 46 bi para áreas formais, 5 bi para informais, 4 bi para rurais e 9 bi para outros. Aqui a gente tem um detalhamento de cada uma dessas informações, então o Capex por Finalidade, dividido entre ligação, expansão, renovação, melhoria, entre outros, ressaltando aqui os 40,5 bi de investimento para a universalização, depois aqui por produto, ressaltando os investimentos de esgoto de 32,5 bi para universalização de serviços de esgoto, seguido de água, entre outros investimentos. E por fim, aqui o número de ligações por recortes é de 3,2 milhões de domicílios em áreas formais, 1,7, informais e 300 em áreas rurais. Como se dará o monitoramento das metas? Sempre olhando aqui a universalização até 2029, a cobertura para todos, incluindo os vulneráveis, com o tempo de planejamento em execução, principalmente investimentos em áreas rurais e informais, e a viabilidade de execução. A gente olhou essas quatro vertentes para distribuir as metas de forma gradual, de acordo com as diretrizes do Novo Marco Legal. Então, na primeira fase, 24 e 25, as metas têm uma visão de URAE. Depois, no segundo ciclo, 26 e 27, uma visão regional mais a visão municipal, então as metas serão avaliadas tanto por agrupamento quanto por município e, por fim, as metas no seu menor detalhe, a partir de 28, 29, com avaliação em cada um dos municípios. Por que a gente fez dessa forma? 24 e 25, a gente garante o tempo necessário de preparação, flexibilidade e avanço em áreas rurais e informais e para isso, está previsto um Censo que será coordenado aqui pela

SEMIL, um Censo Rural e um mapeamento de áreas informais pelos municípios. Depois, uma visão regional para permitir eventuais ajustes e metas por recorte. E depois, por fim, o olhar municipal, atendendo os recortes formal, informal e rural. Esse aqui é um exemplo ilustrativo de como estão apresentadas as metas em cada um dos anexos municipais. Então, o município tem condições de olhar a sua aplicação municipal e também regional, e também por recorte, considerando urbano, informal e rural, além do tratamento de esgoto, cada município tem o seu. O novo contrato também prevê novos indicadores, então a gente tem o que a gente chama de Fator U, que é um Fator de Universalização, que traz os indicadores de cobertura. Então, índice de cobertura de água, índice de cobertura de esgoto e esgoto que é tratado, percentual de esgoto que é tratado. Além disso, também o acompanhamento de perdas pelo IPDT, pelo índice de vazamentos, e também pelo IRFA, de pressão, que é reclamação de clientes sobre falta de água. Além disso, temos também a qualidade do serviço, tem a qualidade do produto, tanto do produto água quanto do produto esgoto. E aí, quando a gente fala de produto esgoto, também é uma inovação, porque a qualidade do esgoto após o tratamento, e a questão de reposição de asfalto, tanto do ponto de vista do prazo de reposição, quanto do ponto de vista da qualidade do asfalto. Esses indicadores, eles têm metas definidas sempre no início de cada ciclo tarifário, são acompanhados a cada cinco anos, e padronizado segundo o que está disposto na Lei. Os descontos, o não cumprimento desses indicadores trarão descontos tarifários por não atingir a meta de universalização, a Sabesp vai perder receita por não ter entregue as metas dentro do prazo, e também por ter entregue um serviço abaixo do nível de qualidade exigido em contrato. Do ponto de vista regulatório, o que a gente encontrou? Hoje, a Sabesp possui diversos instrumentos jurídicos regulatórios que são utilizados para definição dos seus investimentos, porém, eles não conversam entre si, eles não necessariamente estão em linhas com as obrigações do Novo Marco Legal, e os contratos não definem metas financeiras e não físicas. A Arsesp faz um acompanhamento financeiro e não de entregas. A não realização de investimentos não gera penalidade e o incentivo é baixo para entrega de infraestrutura, então, isso foi o que a gente encontrou. Além do encontrado, nós fomos buscar um aprendizado nas desestatizações que aconteceram internacionalmente, então a gente olhou questões de acompanhamento, de reajuste de tarifas, de modelo regulatório, de ganhos em escala, de planos de investimento e de mensuração de desempenho. E aí, nós entendemos que a gente precisava desenvolver uma vacina que garantisse a qualidade do serviço através do órgão regulador, então a gente continua com a Arsesp regulando e definindo tarifa, porém com metas claras, tanto de qualidade quanto de quantidade. O reajuste tarifário não era bem definido, aqui a gente está trazendo os reajustes tarifários baseados em índices pré-definidos para que evite desequilíbrio. A regulação, em alguns casos, eram falhos, por exemplo, no caso da Thames Water, na Inglaterra, nós identificamos que a regulação precisava ter incentivo ao aumento de investimentos e de eficiência e, portanto, fizemos uma cesta de indicadores nesse sentido, e instituir penalidades pelo não cumprimento. O benefício de escala também, preservar a integridade da Sabesp para que tenham um ganho de escala e o subsídio tarifário. Planos de investimento poucos claros e desconectados, aqui a gente fez o plano de investimento estruturado, com a priorização e o foco em quem mais precisa. E uma baixa transparência no desempenho foi encontrada e, portanto, nós, além de definir

indicadores adequados e atrelados ao plano de investimento, a prestação de contas desse plano será disponibilizada por toda a sociedade em plataforma online. E aí também, nós consideramos as experiências brasileiras para que a gente tenha uma experiência mais exitosa. E aí, fomos buscar o que acontece no setor de energia para que não acontecesse conosco. Então, três grandes pontos importantes para ser ressaltado: o saneamento tem uma resiliência maior do que a energia, porque a gente já parte de uma distribuição subterrânea. A regulação aqui é adaptada para a população, o agente, o poder concedente é o estado e o município, ele tem uma fiscalização muito mais próxima, que incentiva a universalização. E a resiliência climática, já planejada dentro do projeto de desestatização. Vou me aprofundar um pouquinho mais nesse tema. Então aqui falando da resiliência, a infra mais robustas e subterrânea, e ainda a gente tem a questão do armazenamento em caixas d'água, reduzindo o impacto de interrupções momentâneas. No caso da energia elétrica, é aérea e não tem redundância com baterias, a não ser em casos específicos. Do ponto de vista de regulação, o exercício do poder concedente, da regulação, junto com os municípios, compartilhado com estados, por meio da URAE. As obrigações de investimento e a garantia de abastecimento estão inclusas nos contratos, o contrato de energia elétrica é remunerado com incentivo à redução de custos, vai na contramão da eficiência, da prestação de serviço, o poder do concedente é mais próximo, como eu falei. Os impactos a eventos extremos, a Sabesp fez um grande volume de investimentos de 2015, e estão previstos mais investimentos considerados no valor eixo da operação, e o cálculo da tarifa, e aqui é um ponto bastante importante de mudança, o cálculo da tarifa incentiva o investimento, particularmente na universalização e na resiliência dos serviços. No caso da energia elétrica, não, o cálculo da tarifa é com incentivo à redução de custos. Bom, o desenvolvimento a gente fez com base num plano de resiliência de infraestrutura, com os investimentos necessários que serão atualizados a cada cinco anos, e também tem uma definição de um plano de contingência contra eventos extremos, que será apresentado e fiscalizado pela Arsesp, com divisão de responsabilidades, indicadores de tempo ou de restabelecimento, plano de continuidade de serviços e um canal de comunicação com consumidores eficiente, até o estabelecimento dos serviços. A Sabesp vai responder mais rápido aos eventos climáticos extremos e estar ao lado das pessoas quando for necessário. E aí, com base nesse diagnóstico todo que a gente apresentou, do ponto de vista regulatório, o que a gente está propondo nesse novo contrato? Do ponto de vista de investimentos, o Plano Regional já feito, realizado em parceria com os municípios, ele vai refletir nos contratos. Hoje, os Planos Municipais, não necessariamente refletem o contrato, até porque os Planos Municipais abarcam muitas vezes o saneamento rural, que hoje não está estabelecido dentro da Sabesp. Existe uma definição em contrato de metas e de investimentos obrigatórios que foram construídos em parceria com o governo, as prefeituras e a Sabesp. E uma atualização periódica do Plano Regional a cada ciclo de cinco anos no âmbito da URAE, com a avaliação do impacto tarifário. Então, do ponto de vista de investimentos, nós concatenamos o Plano Regional, com a definição dos investimentos obrigatórios, e vocês têm a possibilidade de identificar isso no Anexo II, capítulo 6, do Anexo II, que traz toda essa questão dos investimentos obrigatórios, e esse processo pode ser revisto. Na regulação, aqui um ponto muito importante da lógica tarifária, a gente muda

de um modelo que a gente chama de pré-pago para um pós-pago. Como é feito hoje o cálculo tarifário da Sabesp para a população? A Sabesp apresenta o seu Plano de Investimentos para os próximos quatro anos. Esse Plano de Investimentos é incorporado à tarifa, e a tarifa remunera esse Plano de Investimentos. Ao final do período, se ela não realizou, a Arsesp “glosa”, porém, se ela apresentar o mesmo planejamento para o próximo ciclo, esse investimento volta lá, o que gera um círculo vicioso. Como vai ser num momento próximo? Ele só vai receber pelos investimentos a partir da entrega em operação da obra, o que incentiva ele fazer um investimento mais rapidamente para receber rapidamente a remuneração. As metas e as penalidades por cobertura, perdas e incentivo de qualidade estão previstas e terão penalidades explícitas, que incidirão sobre a receita da empresa. E, por fim, os Fundos Municipais de Saneamento e Infraestrutura, a gente vai manter os fundos, os repasses dos fundos. Hoje a gente não vai só manter, mas também ampliar. Hoje nós temos em torno de 60 municípios que recebem o repasse do Fundo Municipal de Saneamento. Os demais 310, um pouco a mais, receberão também, inclusive aqueles que não têm o seu serviço, que recebe subsídio tarifário de outros que são superavitários, também receberão, porque a gente entende que o recurso do Fundo Municipal de Saneamento pode ser muito importante para os projetos ambientais e de infraestrutura, para que a Sabesp consiga expandir com a sua rede de água e esgoto, acompanhado de projetos de limpeza de córregos, de enchentes, piscinões, bombeamento, para a extinção das enchentes, habitação popular e parques que sejam conservados, mantidos e ampliados. E não só isso, outras ações de infraestruturas, esses exemplos não são exaustivos. Bom, o que a gente tem de próximos passos previstos para o projeto? Então, nós iniciamos a consulta no dia 15. A consulta termina agora, dia 15 de março. A gente pretende ainda, dentro do mês de março, publicar no site o relatório com as contribuições e o envio das documentações revisadas com base nessas contribuições para a municipalidade, convocar a reunião da URAE que será realizada no período de abril. Ainda nesse finalzinho de primeiro semestre, o fim do processo da operação em bolsa de valores e a emissão da primeira tarifa reduzida de conta de água ainda no segundo semestre de 2024. Bom, espero ter passado por todos os pontos e fico aqui à disposição para as dúvidas.

01:27:23 Gloria Roberta Paffi: Obrigada, Samanta. Vamos passar agora para a segunda rodada de debates, valendo observar que a bem da celeridade dos trabalhos, e visando garantir a participação de todos os conselheiros, conforme dispõe o Artigo 27, parágrafo 5º, do Regimento Interno, solicitamos aos conselheiros a observância do limite de até duas intervenções, até cinco minutos cada. As inscrições? Vou passar a palavra para o senhor Ricardo Crepaldi.

01:28:18 Ricardo Crepaldi: Bom, Samanta, obrigado pela ótima apresentação, muito rica, inclusive algumas coisas a gente vai ter que levar um certo tempo para entender melhor depois, olhando o material. Antes de passar as perguntas diretamente, queria convidar os conselheiros que, dentro desse aspecto da Sabesp, da desestatização, a gente ainda tem, dentro das prefeituras, de todos os municípios, o Plano Municipal de Saneamento Básico. A gente vem acompanhando isso e eu gostaria que, eu não vou dar a resposta aqui para vocês, mas eu gostaria que cada um, dentro do âmbito de

vocês, entrasse lá, que ele é público, em cada município, e olhasse o cronograma de desembolso e ações. Ele começou em 2017, vocês vão ter muitas surpresas e é importante a gente cobrar os municípios com cada plano colocado, que isso também tem a ver com a importância desse processo da Sabesp. Samanta, tem alguns pontos... A Sabesp continua pública, absorvendo alguns municípios, isso vai continuar dentro desse processo ou vai ter que parar para poder isso ser, essa troca de poder acionário acontecer, e existe um tempo que vai parar essa discussão com os municípios e não se fazer a absorção de novos municípios dentro da Sabesp? Essa é a primeira. O outro ponto, dentro do estado, dos pequenos municípios, principalmente que a Sabesp trabalha, muitas Câmaras Municipais estão em polvorosa para que elas tenham que ser consultadas, e elas podem liberar ou não esse processo dentro do município, e com vistas principalmente a ceder essa parte da Sabesp do município para outras empresas, ou até absorver isso e criar uma agência local? E a terceira e última, tem mais mas, é a questão do cronograma que você passou de investimentos. O estado apresentou, essa casa também participou, do Plano de Ação Climática, de 2050, em um dos pontos do Plano de Ação Climática 2050, nós temos um problema, não é um problema, porque existe técnica para isso, mas é um problema de investimento que é em relação ao metano, e até 2050 tem que parar. E para a Sabesp, principalmente no interior do estado, existe muito uso de lagoas e outros tipos de anaeróbios, e isso gera metano. Dentro daquilo que você apresentou, dentro do cronograma de desembolso, isso já está contemplado na regularização? Essa aqui são as perguntas para o momento. Obrigado.

01:31:23 Gloria Roberta Paffi: Na sequência, Paulo Nelson.

01:31:32 Paulo Nelson do Rego (Instituto Educa Brasil): Bom dia a todos e a todas. Parabênz a doutora Glória pelo novo cargo, e agradeço ao Anselmo por todas as nossas andanças nesses anos todos que esteve à frente, com muita dedicação e muita abertura às nossas necessidades. A minha fala aqui sobre a apresentação, ela diz respeito a questão da regionalização. Na primeira apresentação, nós havíamos inclusive, questionado a secretária sobre a regionalização, me parece que isso foi um pouco resolvido agora com a criação das áreas de subdivisão dessas regiões, porque as regiões criadas, elas falavam de todos os municípios da Sabesp, independente da região geográfica e das UGRHIS. Então, agora me parece que já houve uma retomada de se pensar nisso de uma forma mais localizada. E a minha preocupação é de ver, justamente, dos ativos existentes. As estações de água e esgoto, na sua grande maioria no estado, pertencem a Sabesp e, com o Novo Marco Regulatório, a gente está vendo a possibilidade de outros atores estarem entrando no sistema, e a minha pergunta, que vai no sentido de, como é que a gente vai vivenciar essa sinergia entre a Sabesp e os outros atores que vão entrar para outros municípios? Porque a gente tem realmente uma dificuldade, já presenciei pequenas estações de esgoto, às vezes precisam de sinergias com a Sabesp, e sempre foram muito difíceis de serem implementadas, porque você precisa de volume, às vezes, de esgotos coletados para manter certas estações, e que se a Sabesp não cede esse esgoto, então, como é que será feita essa governança entre a questão do sistema regional total, com autonomia municipal, com os contratos da Sabesp e as autonomias dos municípios? Então, acho

que será muito importante esse tipo de compatibilização. Uma outra questão, é a questão do veto que foi colocado. Eu realmente não entendi como é que esse veto poderá ser operacionalizado, uma vez que a Sabesp estará à frente. E qual é a possibilidade desse veto da Arsesp, se eu não me engano, ou do estado, está se efetivando dentro desse processo? Uma outra questão que eu também não verifiquei, foi tratado aí justamente da qualidade dos efluentes que saem das estações, e não se falou em nada em reúso de água. Acho que, principalmente nas regiões rurais, esse reúso é de suma importância, então esses são os principais pontos que me falaram e, por último, vocês falaram de um Censo Rural que vai ser feito. Eu pergunto, se esse Censo Rural vai estar com sinergia com o CAR, porque, na realidade ele tem um pressuposto básico que todas as unidades agrícolas estão cadastradas no CAR, então, a área rural ela já tem um Censo prévio, isso vai ser feito uma sinergia? Obrigado.

01:35:43 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. O próximo inscrito é o doutor Daniel, da PGE.

01:35:50 Daniel Smolentzov (PGE): Bom dia a todos. Eu queria parabenizar a subsecretária Samanta pela apresentação extremamente relevante, trazer esse Panorama geral da questão do saneamento, questão da Sabesp. Eu fiquei muito contente com a apresentação, até para nós mesmo que estamos dentro do Sistema Ambiental Paulista, e às vezes nós nos concentramos em alguns pontos, então até para nós é importante trazer novamente, lembrar todo esse contexto geral, da forma como foi posta aqui pela subsecretária Samanta. Então parabéns, subsecretário, olha, muito boa mesmo a apresentação, é extremamente útil essa apresentação para todos, para que nós tenhamos nas nossas mentes esse aspecto geral do que é a política pública de saneamento do estado de São Paulo, e isso traz facilidade para que nós atuemos, cada um no seu espaço, sobre essa política pública. E também, para contextualizar todos os passos que o governo pretende dar. Então, parabéns, gostaria de fazer esse registro aqui em nome da Procuradoria Geral do Estado. Obrigado.

01:37:19 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. Próxima inscrita é a conselheira Gilda Nunes.

01:37:25 Gilda Nunes: Parabéns, Samanta pela apresentação, esclareceu alguns pontos que eu particularmente tinha dúvida, mas eu ainda tenho alguns. Como já foi citado aqui, a questão dos Planos Municipais de Saneamento. Os Planos Municipais de Saneamento, muitos deles, é o caso do município onde eu moro, ele entra em detalhes, inclusive com prazos para a construção das estações de tratamento, já os anexos, eu verifiquei o anexo do meu município, e verifiquei que lá ele não entra nesse nível de detalhe, ele apenas coloca os índices de atendimento, e eu entendo que isso precisa ser aprimorado, porque não adianta você só coletar o esgoto e, por exemplo, afastar através de emissário submarino apenas com pré tratamento, você precisa ter eficiência no tratamento e, para isso, precisa construir as estações de tratamento de esgoto, e isso não está previsto, pelo menos nesse anexo do município o qual eu moro e represento, não estão esses prazos, e muito menos citado a construção dessas ETEs, citado apenas o índice de atendimento. Bom, considerar apenas o Plano Regional sem

considerar os Planos Municipais, eu acho que não dá para aceitar, até porque esses Planos Municipais foram feitos com a participação da população, com Audiências Públicas, então é fundamental que esses Planos sejam considerados. E, para isso, eu solicito que passe pelos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, ou no caso dos que tem Conselho de Saneamento, que passe por esses conselhos para que esses conselhos verifiquem esse anexo, e não apenas, digamos assim, em conversa com o prefeito, sem informações muito técnicas a respeito, que eu acredito que foi o que aconteceu no meu município, porque eu faço parte desses conselhos e não tive nenhuma informação a respeito disso. Outra coisa importante, é com relação às Audiências Públicas. Aqui no litoral norte, a gente já encaminhou para a SEMIL, encaminhamos inclusive com cópia para o GAEMA aqui da nossa região, a necessidade de se fazer Audiência Pública aqui na nossa região. Nós fazemos parte da região metropolitana do Vale do Paraíba e litoral norte, só que a gente não tem nenhum... O nosso IDH é outro, as nossas condições são completamente diferentes, então acho que não dá para fazer uma Audiência Pública em São José dos Campos e esperar que a população do litoral, que está mais de 100 quilômetros, participe desta Audiência, como não participou. Então, assim, é fundamental que tenha, que sejam feitas novas Audiências Públicas, não apenas essas citadas, que não são suficientes, aqui para nossa região não nos atende. E, finalmente, eu acho que é importante citar que existem legislações municipais também. No nosso caso, por exemplo, o sistema que a gente tem, que é afastamento de esgoto, ele não respeita o nosso Plano Diretor Municipal, tanto que o nosso emissário submarino, o emissário que existe aqui no nosso município, ele opera hoje sem licença, porque ele não cumpriu a meta de construir a estação de tratamento que estava previsto no Processo de Licenciamento, então, com base nisso, hoje ele está sem Licença de Operação, então é importante verificar todos esses temas mais relacionados diretamente aos municípios, do que deixar apenas com relação ao Plano Regional, que foi feito pela Sabesp, inclusive o investimento que ela previa-se que faria, e não necessariamente o que o município precisa. Obrigada.

01:41:29 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. Passamos ao próximo conselheiro inscrito, Fernando Prioste.

01:41:36 Fernando Prioste (ISA): Bom dia a todos e todas. Primeiro também fazer meus agradecimentos ao Anselmo pelo trabalho que desempenhou nesse período, e dar as boas vindas a Roberta, agora na Secretaria Executiva, e também ao Coronel PM Leandro Navarro. Eu tenho algumas questões aqui, Samanta, e, desde já agradeço pela sua apresentação, que foi bastante detalhada, mas é um caso bastante complexo, enfim, muitas informações para um período também curto. O primeiro, com relação às questões das tarifas, fala-se muito, e eu vejo, por vezes, o debate que a tarifa vai aumentar, às vezes o debate de que a tarifa vai diminuir, mas nunca vi um valor relativo a diminuição dessa tarifa na forma que você apresentou. Existe uma estimativa do estado do valor da redução da tarifa? E quais os mecanismos que estão envolvidos nesse processo de redução da tarifa, que vão determinar o valor da redução? A segunda questão, é até uma leitura um pouco mais objetiva, de quais são as questões dos cortes para se considerar a população vulnerável? Quais são os parâmetros que

vão determinar se uma população, determinada família ou residência se enquadra na população vulnerável ou não? Por fim, com relação à questão da tarifa, esse 30% do valor líquido obtido com a privatização, a estimativa é de que ele seja gasto até o atingimento da meta, em 2033 ou 29, ou esse valor vai continuar, vamos dizer assim, ele vai ser usado o que vier de valor, de lucro desse fundo, ou o objetivo é gastar esse fundo nesse período, porque é um valor necessário para cumprir com essas questões que foram colocadas no contrato? Entender melhor a destinação desse valor dos 30%. Outra questão, eu não tenho dúvida que o estado trabalhe essa perspectiva, eu vejo, para que seja feita a melhor desestatização possível, embora de minha parte, eu acredito que talvez esse não seria o melhor caminho, mas a realidade mostra que, por mais que a gente tente fazer o melhor trabalho, às vezes ele não dá certo, e foram várias as situações no mundo todo, como cidades com perfis diferentes, como Berlim, Paris, La Paz, Maputo, Buenos Aires, outras, que reestatizaram o serviço depois de problemas observados. Como que, nesse processo de desestatização, privatização, vocês analisam a possibilidade de reestatização futura caso o processo não dê em boa ordem? Para que isso não tenha uma oneração muito alta do estado para recomprar essas ações. Tem algum caminho que possibilite uma reestatização, em caso da impossibilidade da empresa continuar a gerir, como vocês vêem essa questão, dado que isso acontece no mundo? Outra questão diz respeito às crises e eventos climáticos. Eu entendo que quem compre a Sabesp, quem tem a vontade de investir dinheiro, quer o ferir lucro, é evidente isso, mas quando eu vejo que o estado vai aportar recursos para fazer frente à crises e eventos climáticos, no que deveria ser uma atribuição da Sabesp, me parece que se socializam os prejuízos, mas o lucro é privatizado, no sentido que não seria então a Sabesp responsável por fazer frente a esses eventos climáticos, uma vez privatizada, ou mesmo não privatizada, dada o seu compromisso, inclusive, contratual? Por que o estado precisa colocar os seus recursos para fazer frente a essas questões, se é justamente o ator privado que deve correr os riscos no empreendimento, na minha forma de ver? Por fim, com relação aos municípios em que, a princípio, não seria assim, uma perspectiva muito lucrativa para a empresa, e como ela vai trabalhar com isso. Eu digo isso porque me parece que em Eldorado, o município da onde eu venho, no Vale do Ribeira, é quase uma ilusão de que, nesse período, a gente vai ter universalização dos serviços de abastecimento e tratamento de esgoto, porque é uma situação realmente difícil, assim, de certa forma caótica, inclusive, mas não só no âmbito rural. Eu vejo, assim, das apresentações, das falas, apesar de muito densas, que é difícil aterrissar nesse mundo concreto desses pequenos municípios, desses municípios que têm uma área rural muito grande e que, no final das contas, o investimento precisa ser também muito alto. E, além do investimento, fazer um debate, por exemplo, no âmbito rural, vai ser usado um sistema não interligado na rede? De quem será a responsabilidade de fazer a manutenção, por exemplo, das fossas sépticas? Como vai se dar essa questão? E digo isso por fim, porque eu acredito que, em diversas situações, é importante o incentivo ou desincentivo financeiro, a aplicação de multas, mas isso, por si só, não resolve o problema, às vezes, uma equação financeira da empresa pode levar ela acreditar que é melhor ela não auferir um incentivo, porque o lucro vai ser maior ou pagar a multa, porque também a multa, às vezes é menor do que a própria necessidade de desembolso de recursos para essas questões. Então, agradeço a atenção.

01:46:29 Gloria Roberta Paffi: Obrigada, Fernando. Há mais algum escrito? Por favor.

01:46:39 Eduardo Leduc: Bom, obrigado, subsecretária Samanta pela apresentação, bem esclarecedora. E eu vou fazer dois, talvez não são pedidos, talvez alguma solicitação no sentido de contribuir e aí uma pergunta. A questão do litoral norte estar junto do Vale do Paraíba na regionalização é bastante complexa para quem está no litoral norte, uma vez que as realidades são diferentes em tudo, desde a geografia, situações, de onde vêm as captações, a balneabilidade das praias. O Vale do Paraíba é uma outra região com Índice de Desenvolvimento até diferenciado e com outros tipos de poluição de água, pela industrialização, então, já que elas continuam juntas, no Plano de Desenvolvimento Regional do estado elas estão juntas, mas já que elas continuam juntas a solicitação de que seja claramente ter um grupo, organograma é uma coisa, mas a gestão pode ser outra, a gestão considere claramente as divergências, metas, a tecnologia, porque na média, a gente pode estar bem como o Vale do Paraíba está muito bem na média de área verde, de área de reserva, porque inclui toda a serra do mar na média, então fica todo mundo bem, então eu gostaria de pedir essa gestão de, vamos dizer assim, diferenciada para o litoral. O segundo ponto que eu gostaria de pedir, vendo como oportunidade do que foi apresentado, vocês tem vários projetos, inclusive para temas ambientais, para limpeza de córrego, para desassoreamento de rio, eu gostaria de pedir a inclusão de um foco para evitar que novos córregos fiquem assim, porque a gente está indo para uma ação curativa, enquanto que nós temos uma possibilidade enorme de uma vantagem muito mais, economicamente falando, ambientalmente falando, de evitar que novos córregos, novos mananciais se tornem desta forma, principalmente no litoral, onde as nascentes estão praticamente todas na Zona de Amortecimento do parque estadual. E se a gente tiver projetos destinados a preservar essas áreas, não ocupar essas áreas, a gente vai resolver um monte de problema futuro, reduzindo o custo, e já evita também os problemas de deslizamento de terra e outras consequências. Os municípios não têm um mapeamento das suas nascentes, dos seus mananciais, quem sabe a oportunidade, nesse projeto, de impedir, exigir até que os municípios tenham mapeamento disso tudo junto com a Sabesp, junto com Cetesb, para gente evitar que, no futuro, outros córregos tenham o mesmo problema. E a pergunta minha que é também é um, eu estou muito contente com a universalização de propriedades irregulares terem acesso ao saneamento. Um exemplo para ficar claro, por exemplo, tem um rio, eu estou falando aqui do rio Tabatinga, em que a Sabesp tem toda a infraestrutura em todo o entorno dele, e os moradores não podem se conectar, porque as suas casas são de origem de comunidades locais, caiçaras que herdarão, moram lá há anos, décadas, mas eles não têm escritura totalmente documentada. Muitos pagam IPTU, todos têm energia elétrica, mas a rede da Sabesp passa na frente de suas casas, eles não podem se conectar porque as prefeituras não dão o espelho autorizando a Sabesp. Então essa medida vai resolver muito esse tipo de problema. A minha pergunta, e o rio está poluído por causa disso, porque as pessoas tem que jogar o esgoto no rio ali, porque é uma área que ele não tem nem como fazer fossa devido à declividade, ou lençol freático. A minha pergunta é, quando os municípios terão que aderir a isso? Porque eu já fiz essa pergunta localmente, a estamos vendo, estamos

vendo. Então quando os municípios vão aderir para autorizar a Sabesp fazer a conexão nesses casos? Obrigado.

01:50:31 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. O próximo inscrito, Beloyanis.

01:50:37 Beloyanis Monteiro: Eu quero parabenizar pela apresentação, achei muito interessante, mas eu tenho alguns pontos. Eu acho que teve uma apresentação bem feita pela secretária, de pontos muito positivos, que eu vejo a Sabesp é uma empresa, assim, a privatização da Sabesp causou estranhamento para todo mundo, porque foi uma empresa de sucesso. Porque hoje, privatizar, isso dá um certo acanhamento, deixar o governo, que tem a maior parte da concessão e passar para iniciativa privada. Eu vejo ali na apresentação, de falar da Enel, a gente teve agora esses picos, que foi terrível. Então assim, você privatiza, tá, como é que vai ser esse processo todo? Acho que é preocupante, e o Fernando levantou ali umas questões que eu achei bem interessantes, mesmo no Brasil já tem vários municípios que restatizaram o seu serviço de água esgoto, sabe? Então, assim, eu acho que precisa ter mais audiência, é preciso debater mais, porque é uma empresa consolidada e a gente privatizar, eu acho que é ainda, eu sei que não vai ser definido aqui, o processo é longo, mas eu acho que é preocupante, e a gente passar uma empresa nossa, que é paulista, para a iniciativa privada e depois de privatizado, como é que vai ser o acesso? E essa questão da tarifa zero também, como é que vai ficar depois do contrato? O governo bota o dinheiro, depois que ele deixar de botar dinheiro nessa história? Então acho que tem vários pontos, eu acho que tem que ser melhor discutido, acho que os companheiros ali levantaram pontos bem importantes. Acho que não é tão simples, eu acho que a apresentação dela foi maravilhosa, com pontos bem positivos, então, assim, acho que é um cenário positivo, mas eu acho que é um cenário muito preocupante, porque a iniciativa privada tem outro olhar. Obrigado.

01:52:44 Gloria Roberta Paffi: Obrigada, próximo inscrito, Jorge Rocco.

01:52:50 Jorge Rocco (FIESP): Primeiramente Samanta, parabéns pela apresentação também. Eu queria tocar num ponto de gestão. Foi falado aqui do Plano Municipal, do planejamento propriamente dito, Plano de Saneamento, mas aqui nós estamos aqui na Comissão Temática de Políticas Públicas discutindo a APRM, então, ao fazer a análise rapidamente dos documentos que foram expostos, apresentados também aqui, do ponto de vista de preservação ambiental, os documentos trabalham muito a questão do ativo Sabesp. Então, como fica a questão do planejamento futuro com relação às APM, APRMs, e até mesmo, como foi colocado pelo colega aqui, alguns municípios que têm os seus sistemas de planejamento territorial, tem também a APM também, estão também no âmbito da Sabesp. Então isso faz necessário fazer essa articulação para que o ativo água possa ir, nesse caso, ser preservado, e como é que isso iria entrar nesse processo futuro do planejamento Sabesp?

01:54:12 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. Eu vou passar a palavra para a subsecretária Samanta.

01:54:18 Samanta Tavares: Antes de mais nada, muito obrigada pelas contribuições. Eu fiz algumas anotações aqui, eu espero que eu satisfaça as dúvidas aqui de vocês. Começando pelo Ricardo, da ABES, pergunta sobre como absorver novos municípios. A Lei 14.026, ela não possibilita mais que se faça contrato de programa e, portanto, a absorção de novos municípios através da participação de processos licitatórios, de concessão de serviços de saneamento, ao qual a Sabesp está participando, ela perdeu agora Igarapava, há uns três meses atrás, ganhou Olímpia e a continuidade se dá nesse sentido, e é por isso, talvez, esse seja um dos principais motivos da gente estar partindo para o processo de desestatização, justamente para preservação da base operada da Sabesp, e ela se manter competitiva para poder avançar em novos municípios do estado de São Paulo. Sobre a aprovação nas Câmaras Municipais, o Novo Marco deixa claro a não necessidade de aprovação da Câmara, porém, tem alguns municípios que têm trazido esse tema. O parecer da PGE caminha nesse sentido, baseado no Novo Marco Legal, mas alguns municípios ainda preferem fazer essa propositura dentro da Câmara, e nós estamos apoiando na montagem do material para que eles façam, porque é uma decisão efetivamente do poder concedente, nesse sentido. Sobre o PAC 2050, a gente considerou sim no projeto, se você observar logo no começo, eu vou deixar a apresentação disponibilizada aqui, quando a gente faz a distribuição dos investimentos por década, a gente tem um volume de investimento grande agora nessa década ainda, de 24 a 29, o que possibilita a gente, principalmente, avançar muito na despoluição dos corpos d'água. Aí, no ano de 30 a 39 tem um grande direcionamento de investimentos em água, do ponto de vista de modernização de rede, de sensorização, e aí, em 2040, a gente volta de novo para um volume altíssimo de aperfeiçoamento do tratamento de esgoto para que, em 2040, esteja concluído e a gente vai estar ali, 2040, 2050, esteja concluído para a gente estar pari passu com o PAC. Acho que o seu é esse. Do Paulo, da Educa Brasil, a questão da regionalização, o governo do estado de São Paulo, quando publicou a sua Lei de Regionalização dos Serviços de Saneamento, adotou a questão da unidade regional de água e esgoto, que a gente está mantendo, fez alguns ajustes no Decreto para que a gente pudesse fazer uma regionalização em um plano de governança mais robusto, e sim, a gente está utilizando a regra, a lógica de UGRHIS justamente para convergir no planejamento nesse sentido, para que a gente traga soluções técnicas mais robustas para toda a área de atuação. A gente está fazendo isso, não só no projeto da URAE I, da Sabesp, mas também utilizando a mesma lógica no Universaliza SP, onde a gente teve a adesão de 113 municípios para participar do projeto. Os ativos de infraestrutura, eles não pertencem à Sabesp, eles pertencem aos municípios, quando é um saneamento local, e ao estado e ao município, quando saneamento em área de região metropolitana e de sistema Integrado. Essa propriedade continua sendo do estado e município, a Sabesp terá concessão durante a concessão, enquanto contrato, em 2060, ao findar o contrato de concessão, esses ativos retornam para o estado e o município. Sobre o poder de veto, é o estado que tem o poder de veto, é o governo do estado de São Paulo que tem o poder de veto, enquanto sócio relevante da empresa. Ele traz o poder de veto quanto ao local da matriz da empresa ao objeto do negócio da empresa, água e esgoto, e a participação de acionistas, garantindo que não tenha acionista majoritário, se mantenha da forma como está sendo proposto, com acionistas relevantes, para que não haja acionista majoritário, e assim não pulveriza também.

Sobre a questão do reuso de água, dentro do contrato tem uma cláusula de incentivo ao reuso de água e sim, a gente vai fazer o Censo Rural em sinergia ao CAC. Depois o doutor Daniel, agradecer a deferência, e aqui também já tinha anotado, mas já falei, a questão da universalização, Paulo, também vai em sinergia a essa proposta que a gente tem trazido, nós tínhamos 245 municípios potencial de inscrição, desses 245, 83 já estão universalizados, e desses que acabaram restando, 113 estão no programa, já imbuídos de adotar a estratégia do governo de estado, de antecipação, de universalização, alavancagem de infraestrutura de saneamento. Aí o da Gilda, agradecer também as colocações dela e ela me trouxe aqui um ponto que eu não me detalhei durante a minha apresentação, mas a pergunta dela me fez lembrar a importância da explicação. Processo de desestatização da Sabesp, ele iniciou a conversa com os municípios no início do segundo semestre de 2023, quando o governador conversou com os 375 prefeitos durante o mês de agosto e setembro, apresentando o projeto, as premissas do projeto e o cronograma de execução. Durante os meses de outubro e novembro, nós conversamos com as equipes técnicas dos municípios, não com os prefeitos, com os técnicos responsáveis pela expansão do saneamento e do planejamento da infraestrutura dos municípios. E nesse processo nós utilizamos como base o planejamento da Sabesp, a municipalidade trouxe os seus planos municipais e, em conjunto, nós fomos estabelecendo as estratégias regionais, sempre pautado nos planos municipais, ele é a base do nosso trabalho. Falando especificamente da expansão do saneamento nas áreas litorâneas, nós vamos adotar um indicador de qualidade para monitoramento da balneabilidade das praias, o que exigirá uma melhoria no saneamento da região. Sobre a Audiência Pública, a gente recebeu ofício do GAEMA, estamos respondendo hoje o ofício do GAEMA do litoral norte, e no dia 14 haverá uma Audiência Pública que nós trataremos de todas as regiões, às 18 horas, online, onde todos terão a possibilidade de trazer especificidades locais para discussão e debate. E aqui aproveitando, apesar da gente trabalhar a questão, aí já vou responder a da Gilda, mas também vai ao encontro, acho que do que o Eduardo falou nas questões dele, da diferenciação entre o litoral norte e Vale do Paraíba, a gente usa a área administrativa também como critério, mas o planejamento baseado na UGRHI ele também é preconizado, então olhando especificamente para o Vale do Paraíba e litoral norte, eles têm os dois blocos dentro do planejamento e, além disso, já como melhoria do que a gente vem recebendo nas Audiências Públicas, nós estamos preparando Anexos de Planejamento de acordo com cada municipalidade, para a gente chegar até no mínimo denominador possível, isso também será disponibilizado para cada um dos municípios. O Fernando falou sobre o valor da tarifa, a gente ainda não divulgou o valor da tarifa devido ao período de consulta e Audiência Pública, então a gente está esperando terminar o período de consulta em Audiência Pública, fechar o pacote, nosso Plano de Investimento e o valor eixo estar praticamente pronto, só aguardando o fechamento das contribuições, para que a gente incorpore todas as contribuições relevantes ao processo, feche o material e aí, na sequência, a gente já vai divulgar o valor da tarifa, que será divulgado após a apresentação da estratégia, validação e definição pelo Conselho de Desestatização do estado de São Paulo, então, em meados de abril, esse número será divulgado com o fechamento dessa Audiência. Os parâmetros para a população, para definição de população vulnerável, a gente está utilizando a questão do CADÚnico, para definição de

atendimento, áreas de atendimento, a gente vai utilizar a legislação que define o que é a área informal consolidada, isso é uma questão, e para a questão de tarifa, a gente vai utilizar o CadÚnico, tem dois extratos de população vulnerável dentro da estrutura tarifária da Sabesp, um é o extrato de tarifa social e o outro é o extrato de tarifa vulnerável, que é uma tarifa bastante módica para famílias em vulnerabilidade, em situação de vulnerabilidade altíssima. Sobre as privatizações na Europa, esse é um ponto que a gente tem debatido com bastante frequência. Primeiro, a gente foi fazer o estudo naqueles países, como a gente apresentou para vocês, mas se a gente for fazer um olhar sobre a situação atual do saneamento na Europa e a situação atual do saneamento no estado de São Paulo, o saneamento do estado de São Paulo estará na mesma situação em 2060, e muito provavelmente em 2060 nós estaremos fazendo essa discussão, cada um dos municípios interpretando e verificando se vão continuar operando, uma vez que o serviço está estabilizado, universalizado e etc, e vão partir então para a operação pública ou, efetivamente, se vão partir para uma privatização. Se a gente for olhar a situação, as premissas atuais do estado de São Paulo, a Europa sofria desses nossos desafios na década de 1970, quando foram feitos a grande maioria dos processos de desestatização. A questão dos investimentos para eventos climáticos, sim, elas estão colocadas no Plano de Investimento da Sabesp, quem fará o investimento é a Sabesp. O fundo de apoio à universalização, ele está destinado ao subsídio da tarifa para não aumentar a tarifa da população e, no caso de eventos climáticos de estado de calamidade, apoiar não a infraestrutura de saneamento, mas as infraestruturas urbanísticas que possam apoiar os municípios, como a Sabesp fez em parceria com o governo do estado no deslizamento de São Sebastião, para garantir que essas questões continuem sendo atendidas, mas infraestrutura de saneamento, quem vai pagar é a Sabesp. Eldorado, e aí um outro ponto importante, o fundo de apoio à universalização do saneamento é para o estado de São Paulo e não só para a área operada da empresa, podendo também ser direcionado para outros municípios. Também tem um ponto sobre a área rural, aqui eu estou falando tudo do Fernando tá? Não sei se eu referendi ao nome dele, mas me desculpa, se eu não fiz. Então, a área rural, Eldorado, eu estive lá semana passada inclusive, a área rural ali do Vale do Paraíba, é um grande desafio. Está previsto no projeto de universalização a implantação, a operação e a manutenção pela Sabesp, e um ponto relevante é que não é multa contratual, justamente para não haver o que você trouxe aqui, de fazer uma avaliação, pago a multa ou eu faço a infraestrutura? Não, não é isso que a gente está prevendo no contrato, a gente vai reduzir a receita da empresa, ele não vai pagar multa, vai direto na tarifa. Você não entregou, eu tiro da sua tarifa, ele não vai pagar a multa, porque se não ele pode fazer essa avaliação, e, eventualmente, poderia incorrer nesse erro, vamos dizer assim. Sobre o Eduardo, então, a questão do litoral norte e do Vale do Paraíba é aquilo que eu já coloquei. A gente fez a divisão regional via região metropolitana, mas ainda tem um extrato por UGRHI para garantir o atendimento a essas divergências, de metas, tecnologias e até parâmetros de avanço de saneamento, inclusive quando você olha lá na apresentação, a gente chega no ponto de olhar a meta e o desempenho do município, a gente começa a URAE, dois anos, regional, dois anos, mais 28 e 29 a gente já vai estar olhando a questão específica do município de atendimento à meta. Projeto de proteção de novos córregos, nascentes e etc, eu vou incluir essa..., a gente tem alguns incentivos, a semana passada, inclusive, a gente, na

nossa reunião prévia do CONSEMA, a gente conversou com o Rodrigo, a gente está trabalhando também ações que incentivem a proteção de Unidades de Conservação e a gente está indo nesse caminho, sim, para garantir investimentos nessas áreas, do ponto de vista de preservação mesmo. Depois, Beloyanis, o porquê de privatizar hoje, eu acho que tem dois pontos muito importantes: o primeiro, a preservação da base operada, garantir que uma empresa de qualidade, que presta o serviço de qualidade que a Sabesp presta, isso é reconhecido por todos, pelo governo do estado também, correr o risco de perder, como nós perdemos há três meses atrás, quatro meses atrás Igarapava, para os próximos 180 municípios, quase 190 municípios até 2038, é um risco muito grande que a Sabesp não pode correr, e a população do estado de São Paulo será prejudicada por isso. Hoje, a regra é essa, então é a partir da regra que a gente está estabelecendo a estratégia. E também a questão da antecipação da universalização do saneamento, que a Sabesp, da forma que ela está instituída hoje e com a capacidade de investimento que ela tem estabelecido como empresa pública, ela não tem como alavancar para atender a universalização até 2029. O do Jorge Rocco, sobre o planejamento de APRMs e APMs, eles estão considerados nos planos regionais e nos planos municipais, a gente considerou, e também a retroalimentação será feita nos comitês. Vai haver comitês regionais com encontros, eu não me lembro se são trimestrais ou quadrimestrais, justamente para acompanhamento, fiscalização e gestão. E a cada ciclo de cinco anos, a gente faz um replanejamento do todo, esses sistemas serão recorrentemente retroalimentados nessa estrutura de governança. Acho que em linhas gerais era isso, gente.

02:12:04 Gloria Roberta Paffi: Mas algum conselheiro deseja se manifestar?

02:12:07 Eduardo Leduc: Obrigado. São tantas perguntas, só a minha pergunta quanto a quando as prefeituras, os municípios permitirão a Sabesp fazer conexões em alguma propriedade que esteja, digamos assim, irregular?

02:12:21 Samanta Tavares: Desculpa, a partir da assinatura do novo contrato, essa estratégia ela já começa, porque como que é um novo contrato? O novo contrato a gente fecha agora a consulta, valida todas as contribuições, retroalimenta o processo, fecha os modelos, as documentações, encaminha para as municipalidades, fecha contrato com a municipalidade e a gente tem a reunião da URAE em abril, em abril a gente tem a reunião da URAE onde todos os prefeitos votam em relação ao processo. Ai ele fica suspenso até o processo de desestatização, e a partir da desestatização, ele entra em vigência. Entrou em vigência, essas áreas que não fazem parte, passam a fazer parte do contrato e, a partir daí, o planejamento e execução dessas obras de acordo com o Plano de Investimento estabelecido com o município. É até setembro, até o início do segundo semestre, tá? [áudio cortou 02:12:55]

02:12:55 Gloria Roberta Paffi: o próximo, Henrique Kefalás.

02:12:55 Henrique Kefalás (Instituto Linha D'Água): Bom dia, subsecretária, obrigado pela apresentação. Eu gostaria de retomar dois pontos que foram colocados, acho que o volume de informações talvez tenha passado batido, mas aquela questão

levantada pelo conselheiro Fernando Prioste a respeito da estimativa de consumir o valor do fundo, com os 30% até 2029, ou 2033, né? Se o fundo vai operar com seus lucros e qual o destino de uma eventual sobra? Então, essa é uma questão, gostaria de reforçar, e um segundo aspecto, também contido na fala da conselheira Gilda, a respeito de uma abordagem ou de um recorte que foram apresentados aqueles agrupamentos, mas a gente tem um trabalho mais específico na zona costeira, percebe, de repente, uma necessidade de uma abordagem transversal entre esses agrupamentos quando a gente fala de zona costeira. E aí, especificamente sobre a situação dos emissários já existentes no litoral paulista, então, onde eles aparecem nesse projeto, de que forma, qual a perspectiva de aprimoramento da utilidade e como elevar os padrões de tratamento, hoje dados que a gente entende que é um tratamento menor, para depois ser colocado nos emissários, mas ainda há limitação sobre de fato conseguir colocar esses dejetos em áreas de alta circulação, de águas oceânicas, inclusive até a colocação disso em pontos de canais como ali na região de São Sebastião. Então, também abordar um pouco esse aspecto, por gentileza.

02:14:33 Samanta Tavares: Bom sobre a estimativa do fundo, o fundo não tem prazo de encerramento, até porque ele tem uma retroalimentação, até pelos resultados que a Sabesp terá. Hoje os resultados que a Sabesp obtém vão direto para o caixa do governo do estado de São Paulo, e é utilizado em políticas públicas do governo. A partir da desestatização, esse valor de dividendos vai direto para o fundo e ele vai retroalimentando. Primeiro, ele é possível ser utilizado no estado de São Paulo como um todo, ele não é um fundo específico para a área de atuação da Sabesp. Segundo ele vai ser utilizado para subsídio tarifário até que o valor da tarifa esteja exatamente igual ao valor da tarifa pública, prevendo a universalização conforme está hoje nos contratos da Sabesp, considerando toda área atendível. Então a gente vai sempre amortizando, vai sempre subsidiando para a sociedade, para o consumidor, o usuário, esse valor de tarifa, até que o amortecimento tarifário, vá ocorrendo e cheguem no mesmo patamar um e outro. E o fundo continua existindo para usar em saneamento como um todo, pode ser utilizado nas três vertentes de saneamento, não há restrição. Sobre a questão da qualidade do esgoto, então a gente tem como, acho que vai um pouco ao encontro da primeira resposta que eu dei aqui para o Ricardo, a gente tem uma onda grande de investimentos de saneamento para a universalização até 2029, depois, tem investimento alto em redução de perdas e preservação de água, do ponto de vista de otimização de redes, sensorização e etc. Aí, na década de 40, volta um volume grande de investimentos para melhoria do sistema de esgotamento sanitário, para toda a área operada durante o ano de 2040, 2050, de forma que a gente finalize em 2050 atendendo todas as premissas que a gente estabeleceu no PAC. Acho que em linhas gerais é isso. E também o monitoramento da balneabilidade está dentro do projeto, está dentro desses projetos, porque o tratamento de esgoto hoje é um tratamento menos polido, vamos dizer assim, como você menos trouxe, a gente vai evoluir eles agora até 2029, especificamente, de acordo com o que cada um dos municípios colocou, e uma segunda onda, a partir de 2040, após a universalização e melhoria dos projetos, de forma que em 2050 esteja tudo finalizado de acordo com o que foi considerado no Plano de Ações Climáticas, acho que é isso. E aí, se você quiser ver um a um, vai estar no plano regional de saneamento, que está publicado e

agora a gente está fazendo os tomos detalhados, aproveitando todas as contribuições que a gente vem recebendo nos últimos dias, olhando município a município para deixar um zoom a mais, vamos dizer assim, um detalhe a mais dentro do projeto.

02:18:17 Gloria Roberta Paffi: A próxima inscrita é a doutora Rosa Ramos.

02:18:17 Rosa Ramos (OAB): Bem, antes de mais nada, eu quero registrar também os meus agradecimentos para o Anselmo. Não fiz isso no início da reunião, mas registrar aqui também os nossos agradecimentos por tanta entrega, um trabalho de excelência e desejar sucesso na nova jornada também. Bem, Samanta, um projeto desta monta, com tantas informações, eu te agradeço pela apresentação também. É um planejamento amplo. Quanto esse agente, no âmbito da Comissão Permanente de Meio Ambiente, da OAB São Paulo, a gente tem se debruçado em cima do projeto, mas não temos ainda nada conclusivo. Nós já recebemos, inclusive você para uma fala sobre isso na nossa comissão, mas a gente pretende ainda realizar outros estudos, outros debates internamente. Então, por enquanto, fica aqui só esse registro do nosso empenho acerca desse projeto. Nós estamos em 200, de 251 municípios no estado de São Paulo. Seguramente virão questionamentos e perguntas para nós da Comissão, mas uma vez que nós estamos aqui no âmbito do CONSEMA, então a gente vai encaminhar isso mais para frente. Estamos também acompanhando as Audiências Públicas [02:18:23 áudio cortou], então qualquer demanda a gente volta a encaminhar aqui no âmbito do conselho, está bem? Obrigada.

02:18:34 Gloria Roberta Paffi: Passando agora para os últimos inscritos. Paulo Nelson e, na sequência, senhor Eduardo.

02:18:44 Paulo Nelson do Rego: Doutora Samanta, só fiquei com uma pequena dúvida. A senhora esclareceu que os ativos continuam em nome do estado e a Sabesp será a empresa que receberá concessão desses ativos, só não me ficou claro como é que se fará a conexão desses ativos com os outros operadores, inclusive pós Sabesp, daqueles municípios que não sejam por ela abarcados, como é que essa questão será feita. E a questão, justamente, da governança entre os agrupamentos com as unidades regionalizadas, essas duas questões ficaram, para mim, necessitando de um pequeno esclarecimento. Se a senhora puder, te agradeço.

02:19:41 Samanta Tavares: Sobre a infraestrutura, a infraestrutura é do município, então, e é que assim, são dois poderes concedentes. Quando é municipal, vou pegar um exemplo, Botucatu, é um município que faz uma operação local, que tem uma infraestrutura de saneamento, que é dedicada para ele. Botucatu é dono da infraestrutura, o ativo é dele, ele concede para Sabesp, Sabesp está operando. Lá em 2060, acaba o contrato. Se o município resolver operar, o ativo é dele, ele fica com o ativo. Se o município resolver licitar, ele concede para aquele que ganhar a licitação. Então, o ativo é exclusivo do município, aí vou trazer outro exemplo, região metropolitana, região metropolitana de São Paulo, a operação da região metropolitana, do município de São Paulo, não é feita sozinha, ela é feita com base na regionalização metropolitana dos 39 municípios. Essa infraestrutura é compartilhada. Quem são os

donos deste ativo? O governo do estado de São Paulo, mas, juntamente com os 39 municípios, então quem é o dono da ETE Barueri? É o governo do estado de São Paulo, juntamente com os 39 municípios. Se for fazer um processo de operação, a região metropolitana é o caso mais complexo que tem, a probabilidade de São Paulo resolver operar sozinho, é de 0,00000001%, por quê? Porque a grande maioria do esgoto dele não é tratado no município dele, é tratado fora do município de São Paulo, como Barueri, por exemplo. E a água que ele consome também não é produzida na região de abastecimento dele, com exceção do Guarapiranga, que tem a produção dentro do município de São Paulo, e aí a solução é regionalizada na região metropolitana. Terminou o contrato da região metropolitana de São Paulo em 2060, esse ativo volta para o estado juntamente com os 39 municípios, e este arranjo toma a decisão de como vai continuar a operação, e esse ativo passa a ser concedido para esse novo operador, que pode ser uma empresa estadual, pode ser um consórcio municipal, que pode ser uma empresa privada e assim sucessivamente, mas o ente público sempre é o dono do ativo. Então vamos supor que não se faça nada, que é o pior exemplo possível, a gente não evoluir na desestatização, a partir de 2038, 50% dos ativos dos municípios serão devolvidos para eles, para que eles decidam qual é o caminho que vão percorrer, vão fazer a operação ou vão conceder? Se for conceder, passa para o próximo operador e assim sucessivamente, a decisão está sempre do poder concedente. A segunda pergunta, eu me esqueci, desculpa, se você puder repetir, eu te agradeço.

02:23:19 Paulo Nelson do Rego: Posso, sim. Na realidade, é a questão da governança dos agrupamentos, que estão sendo refeitas, como a área regional, e só voltando à questão antiga, a minha dúvida foi justamente assim, numa região metropolitana, em qualquer região metropolitana, tem um determinado município que não adere ao contrato. Como é que fica essa questão, entendeu? São Paulo, evidentemente, você deu um exemplo muito singular, mas imagina um município menor, que seja dentro da região metropolitana, pode fazer a opção de não aderir ao consórcio da Sabesp. Tá certo? A operação da Sabesp.

02:24:03 Samanta Tavares: O poder de decisão desses municípios, em região metropolitana, seja de São Paulo, Vale do Paraíba e qualquer outra região metropolitana, ela é dada entre o governo do estado e os municípios partícipes daquele grupo. Então, qualquer município que esteja nessa base operada de regionalização para sair, decide isso no ambiente da região metropolitana. Sobre a governança, a gente terá, além do conselho da URAE, do conselho dos 375 municípios, nós teremos mais sete conselhos, sete comitês técnicos para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato de acordo com essas regiões que a gente apresentou para vocês e eles se reunirão a cada quatro meses, então a governança, a gente tem uma governança geral da URAE, e depois uma local, regional para cada um desses sete agrupamentos, em cada município terá um assento, seu assento nesses comitês para debater e definir as melhores estratégias. Não exaurindo também a questão do poder concedente, que é praticada pelo município, que também terá a possibilidade de fazer as revisões dos seus parâmetros e do seu planejamento em conjunto com o grupo de municípios a cada ciclo tarifário, de cinco em cinco anos. Acho que é isso.

02:25:41 Gloria Roberta Paffi: Vamos passar ao próximo e último inscrito, senhor Eduardo.

02:25:41 Eduardo Missaka (CREA): Bom dia. Primeiro, parabéns Samanta, pela apresentação. O desafio vai ser enorme, então sucesso e boa sorte na empreitada. Minha fala vai muito no que os colegas já falaram, quando você fala em, ou pagar multa ou reduzir a receita, para mim é sinônimo disso aí, porque demonstra o que? Falta de interesse, falta de viabilidade, de atratividade para o investidor. Então eu, como investidor, preferia operar na região metropolitana, onde eu sei que vou ter uma receita grande, do que numa área rural, que não vai ter tanta atratividade. Então, essa é uma observação. A segunda observação é a seguinte, sendo a Sabesp superavitária há décadas, e um nome de referência no saneamento do país, qual ferramenta que vocês vão colocar para que a gente não tenha uma explosão tarifária onerando a população? Essa é a primeira questão. E a segunda é, aqueles municípios hoje que são atendidos através de poços profundos, executados pelo DAEE, como é que ficam esses municípios nesse novo programa?

02:24:03 Samanta Tavares: Bom, eu vou de trás para frente. Se ele for operado pela Sabesp, a Sabesp continua operando o poço, ela passa a operar o poço, agora, se a operação não for da Sabesp, continua com a municipalidade, ou com a autarquia do município, e assim por diante. A gente tem pouquíssimos casos de poços perfurados pelo DAEE em área atendida pela Sabesp. Sobre a tarifa, é o Fundo de Apoio à Universalização, o Fundo de Apoio à Universalização vai ter uma conta pulmão que vai dar o subsídio para que a população não seja penalizada pelos investimentos. Mas o subsídio é para a população, a concessionária continua fazendo os investimentos conforme previsto. E o cálculo tarifário será feito sobre o todo. Quem paga o subsídio é o governo do estado de São Paulo através do fundo. E qual era a primeira? Era só uma observação sobre a questão da multa, não é? É que a multa, ele tem a opção de pagar ou judicializar, a tarifa não. Ela é recalculada anualmente, ele já recebe a redução da tarifa na veia, e não é só do local, é a tarifa da URAE. Então, o que acontece? Ele para de ter remuneração sobre o ativo, ele deixa de ter remuneração sobre o ativo que ele já investiu como penalidade, é diferente, bem diferente.

02:28:43 Gloria Roberta Paffi: Obrigada, Samanta. Mais alguma colocação? Vamos passar, então, ao segundo item da Ordem do Dia.

02:28:54 Samanta Tavares: Pessoal, eu vou pedir licença, agradecer imensamente as contribuições, foi muito frutífera a nossa reunião e me coloco à disposição para qualquer outro tema. Convido vocês a participarem da Audiência Pública do dia 14, vai ser uma Audiência que vai trazer o panorama geral da desestatização e um olhar regional, e vou pedir licença para sair, que eu tenho uma reunião no Palácio, tá bom? Muito obrigada.

02:29:21 Beloyanis Monteiro: Antes da senhora sair, obrigado pela apresentação. A senhora podia disponibilizar para a gente a apresentação que a senhora fez? Obrigado.

02:29:31 Samanta Tavares: Já está disponível.

02:29:33 Gloria Roberta Paffi: Dando continuidade, então vamos passar ao segundo item da Ordem do Dia, que são ações desenvolvidas pelo Policiamento Ambiental do ano de 2023. Com a palavra, o representante do Comando de Policiamento Ambiental, Major Júlio César.

02:29:47 Leandro Carlos Navarro (SSP): Só vou pedir permissão para falar algumas palavras aqui, agradecer primeiramente todas as deferências que foram feitas. Doutora Samanta, que acabou de sair, apresentação brilhante sobre a Sabesp, esclarecendo várias dúvidas, agradecer o Jonatas aqui, nosso subsecretário de meio ambiente, Roberta, boa sorte na empreitada, conte com a gente no que a gente puder colaborar e ajudar a Secretaria, esse CONSEMA. Thomaz, estamos juntos também, Eduardo, Rodrigo, enfim, vários rostos amigos, e que a gente vai poder juntos trabalhar e alinhar algumas estratégias, alguns projetos. O Major Júlio, ele vai apresentar alguns números aqui, que não é mérito meu, são números de 2023, estava sob o comando do Coronel Martins, mas a gente vai tentar dar prosseguimento neste trabalho virtuoso e de parceria, como nosso subsecretário Jonatas falou, melhorar isso, melhorar o fluxo de informações, melhorar as técnicas, para a gente poder dar subsídios a todos os programas, a todos os projetos em pauta aqui na Secretaria. Então, isso são números de policiais que estão na ponta da linha, trabalhando diuturnamente, sob sol, sob chuva, sob todas as intempéries, correndo risco de vida, em muitos casos, e trazendo resultados aqui para todos os programas de governo ligados à qualidade ambiental, então, esses números não podem ser vistos só como números do policiamento ambiental, eles estão atrelados a vários programas aqui da SEMIL, então senhores, brevemente, eu vou deixar com o Major Júlio aqui, que é o papa na parte operacional e estatística do policiamento ambiental. Eu estou me onerando de várias demandas e necessidades para gente exatamente melhorar a nossa prestação de serviço, e contem com a gente, contem com o policiamento ambiental. Esse ano nós fazemos 75 anos aqui, prestando serviço à população de São Paulo, a polícia militar caminha para os seus 200 anos, uma instituição histórica, que tem uma história ligada ao povo de São Paulo, a esse estado, que é a locomotiva do Brasil. Então contem com a gente. Eu assumi há 11 dias, mas tenho uma história de mais de 17 anos aqui no policiamento ambiental, então vou poder me atualizar agora de algumas demandas, e poder contribuir para a gente melhorar a qualidade da nossa população, do nosso estado, em parceria e colaboração com a SEMIL. Então esse é nosso compromisso, contem comigo e muito obrigado por todas as deferências, e é um prazer e uma honra muito grande fazer parte aqui desse colegiado para a gestão de todos os problemas ambientais e as necessidades do estado de São Paulo. Meu muito obrigado, vou deixar a palavra aqui com o Major Júlio.

02:33:29 Maj PM Júlio Cesar Araújo da Silva: Bom dia novamente. Essa apresentação foi proposta pelo Coronel Martins, já no final do ano passado, para realmente prestar contas do que a Polícia Ambiental tem feito, já que há investimentos da SEMIL na Polícia Ambiental. Enquanto a Polícia Militar entra nessa parceria com

homem, com armamento, com formação, com salário, a SEMIL vai entrar com a parte predial, a parte de viaturas, equipamentos, realmente modernização da Polícia Ambiental. Então, é nosso dever prestar contas, o que está sendo feito, como está sendo feito, quais os resultados que estamos apresentando. De forma muito breve, essa é a estrutura da Polícia Ambiental em São Paulo. Temos um comando de policiamento ambiental, subordinado a ele cinco Batalhões: o primeiro em São Paulo, que vai pegar toda a grande São Paulo; o segundo Batalhão sediado em Birigui, que pega ali a Oeste Paulista; o terceiro Batalhão é o litoral e Vale do Paraíba, Vale do Ribeira, e tem uma companhia náutica também, que pega a parte do mar territorial; e o quinto Batalhão, que é o mais jovem, tem cerca de dois anos de idade apenas, sediado em Campinas, ele era, antigamente, essa área do 5º Batalhão pertencia ao primeiro, mas são áreas muito diferentes, com características muito diferentes e formas de policiamento muito diferentes. Bom, subordinadas ao cinco Batalhões, temos 20 companhias, uma delas companhia marítima, e subordinada a essas 20 companhias, 54 pelotões. Cada Batalhão tem de três a cinco companhias, cada companhia tem de dois a três pelotões. Abaixo dos pelotões ainda, alguns, em razão da necessidade de distribuição, melhor distribuição do efetivo no estado, temos 28 bases operacionais, que é uma estrutura basicamente comandada por um sargento, então, uma estrutura muito menor, praticamente a parte de ação do serviço não tem qualquer função administrativa, até a base do pelotão ainda há programação, nós chamamos de Programas de Policiamento Inteligente, e aí as suas bases são subordinadas, então essa é basicamente a estrutura da Polícia Ambiental de São Paulo. Previsto 2.200 homens, existente hoje por volta de 1.700 homens, é a maior força policial da América Latina voltada à preservação ambiental, não existe uma outra estrutura desse porte. Alguns números em 2023, esses 1.700 homens fizeram 83 mil intervenções policiais no estado, principalmente atendimento de ocorrências, chamados, e coisas do tipo. Desses, 2.600, aproximadamente, em Unidades de Conservação, então é nossa prioridade também essa parte de Unidades de Conservação, tínhamos a DG em C (02:36:37), mas não temos mais, mas isso não quer dizer que deixa desguarnecido. Quase 16 mil ações em ambiente rural, também a nossa maior atuação é em ambiente rural, hoje temos um programa a partir do ambiente urbano, que a gente vai falar sobre a OIDA, mas a nossa maior parte da atuação é realmente de intervenção de mais esforço, de tempo do policial, em ambiente rural. Mais de 500 armas apreendidas em 2023, na maioria armas de caça. É uma das unidades que mais apreende armas da polícia militar, é o policiamento ambiental. Mais de 20 mil autos de infração lavrados, 20.500 autos de infração lavrados, esses dados podem ser consultados, por exemplo, no Datageo. 112 pessoas capturadas, procuradas, então apesar de fazer o policiamento ambiental, nós estamos antes dos policiais militares, que podemos nos deparar com esse tipo de situação de abordar alguém que está procurado da justiça, então, nesse caso, em 2023, foi 112 casos, 27 veículos recuperados, são dados policiais, e 134 máquinas e caminhões apreendidos. Essa aqui são em atuações de fiscalização ambiental mesmo, então, principalmente na parte de mananciais, onde temos a Operação Integrada Defesa das Águas, há diversas apreensões de caminhões, maquinários, tratores, que tem atuado de forma clandestina nesse tipo de intervenção. Na parte fauna, dá um pouquinho mais de 21 mil animais silvestres resgatados, seja a maioria em cativeiro ilegal, pode ser criadores de passeireformes,

que estão lá de forma irregular, ou aqueles que sequer tem o cadastro no SISPASS, então são 21 mil animais resgatados, e 1.700 criadores de passeriformes fiscalizadas, uma forma da gente encontrar onde é que estão esses criadores é realmente no sistema do SISPASS. Nós temos metas designadas para cada companhia, cada Batalhão, que eles têm que apresentar mensalmente essas metas ao comando, e nós estamos batendo essas metas ano a ano. De flora, são só alguns números de flora, mais de 2 mil toneladas de palmito apreendido, a grande maioria, se não a totalidade na Serra do Mar, Vale do Ribeira tem bastante, Vale do Paraíba também, e aí a parte do da Serra do Mar, mais próxima do litoral, centro. Mais de 800 madeiras fiscalizadas, e desses, 6 mil m³ quadrados de madeira ilegal apreendida. Essa é a forma que a Polícia Ambiental de São Paulo tem de preservar o bioma Amazônia, é realmente a parte de fiscalização de madeiras, nós somos o grande centro consumidor do Brasil, então nós fiscalizamos exatamente com esse viés de preservar a Amazônia. Chegamos até, há um tempo atrás, autuar as serrarias de outros estados aqui com a fiscalização em São Paulo, que eles vendiam a madeira para cá como se fosse para consumidor, e aqui ele dava entrada numa madeireira, então, nós também atuamos dessa forma, atuamos até a autuação, aquele ente que não estaria, mas nós conseguimos fazer esse tipo de autuação. Do policiamento náutico, é outra vertente nossa, principalmente no litoral e nos rios navegáveis, 9700 fiscalizações de pesca ao total e 105 toneladas de pescado ilegal apreendido também, só em 2023, uma outra atuação nossa. Ações contra o risco baloeiro, essa aqui é uma atuação nossa que tem um viés não apenas ambiental, mas de segurança de voo. Constantemente somos chamados a participar de grupos, o Ministério Público essa semana, inclusive, nos convocou e vamos participar lá sobre uma nova metodologia que estão tentando implementar da parte de combate realmente desse risco baloeiro, então são 216 balões apreendidos, 72 pessoas conduzidas à justiça, é um crime de menor potencial ofensivo, acabaram dando o flagrante, mas são conduzidos a justiça, a delegacia para responder perante a justiça também. E 13 fábricas de balões foram fechadas no estado de São Paulo, em 23. Essas ocorrências que chamam mais atenção, são aquelas onde há um aglomerado urbano e, conseqüentemente, áreas de aeroporto. Então Campinas, Guarulhos, Congonhas é a grande preocupação dessa parte do risco baloeiro, sem falar da parte ambiental. As operações que nós fizemos em 23, essa aí são as operações do comando ambiental, e isso não iride (02:42:16) que os batalhões fizessem as suas próprias operações. Então a própria OIDA, na Defesa das Águas, que ela é participação direta do comando, através do 1º Batalhão, operação Piracema, que vai de novembro a fevereiro, então nós contamos para os dados de janeiro, fevereiro e depois no final do ano, vamos contar novamente os dois últimos meses. Dia Mundial da Água, uma operação comemorativa. A HURACÁN, que é a operação que vai fazer uma ação preventiva em áreas canavieiras, para combater realmente o risco de fogo canavieiro. São Paulo Sem Fogo, a antiga Corta Fogo, também essa operação com a CFB, com a Defesa Civil, com o Corpo de Bombeiros, com a Casa Militar, participamos também. A própria semana do meio ambiente também, aniversário do CPAMB, nós temos o costume de, em datas comemorativas nossas também comemarmos com operações especiais. E operação SULMASP, que foi no Mato Grosso do Sul, por ordem do comandante geral da polícia, a polícia ambiental participou com nosso Gepard, que é o nosso grupo tático, em linhas gerais, participou de operação lá para

combate a delitos comuns no Mato Grosso do Sul. Então, nós também participamos lá com várias equipes nossas comandadas por um Capitão. Então a OIDA é na região da grande São Paulo, pega, basicamente, a área de mananciais, e ela vai combater o desmatamento e a ocupação ilegal para a preservação das águas. Temos observado uma organização criminosa atuando nesse sentido, então, esse ano, agora em 23, foram 94 ações realizadas dessa OIDA por iniciativa nossa ou de outros órgãos, mas participamos 94 vezes. 19 milhões em multas arbitradas, é aquela que o policial vai, ele avalia inicialmente o valor da multa, essa multa pode ser revista depois, mas ele avalia inicialmente que, conforme a legislação seca, para habitar esse valor inicial. E 359 construções ilegais demolidas, então, desde que esteja ocupada para residência, e é uma construção ilegal em área de mananciais, com a participação da prefeitura, nós fazemos essas demolições. Na operação Piracema, que eu falei lá que pegou os dois primeiros meses e os dois últimos meses de 23, 1,3 milhão de multa arbitrada, esse valor também acaba mudando depois, porque há incentivos para que se celebre os termos lá, tá? Então ele é dividido, é parcelado, mas arbitrado na legislação seca nesse valor. 2 mil embarcações fiscalizadas só nesses quatro meses que eu falei, 13 toneladas de pescado ilegal apreendidos só nesses quatro meses de operação Piracema, e vai proteger exatamente a reposição dos peixes. Na São Paulo Sem Fogo, 861 focos de incêndio vistoriados, que aquela que nós pegamos no satélite de referência, então nós programamos durante todo ano essa operação, e dos meses de maio a setembro, nós fazemos uma operação de vistoria em si, então por iniciativa da própria unidade fazemos lá pesquisa no Inpe dos focos de incêndio e vamos fiscalizar cada foco de incêndio lá. Então, esse ano de 23, 861 focos vistoriados. Para isso, ensino e a instrução dos nossos policiais, temos hoje um centro de formação sediado aqui em São Paulo, no bairro da Vila Mariana, além de outros cursos que são ministrados nas outras unidades do estado, outros batalhões. 451 policiais militares formados no nossos estágios e os nossos cursos, e mais 53 de outras instituições, inclusive outras polícias ambientais, eles nos têm como referência pelo tamanho da nossa estrutura de ensino e estrutura de fiscalização. Então, nosso principal curso é o de policiamento ambiental, aquele que o policial chega, ele faz um treinamento pequeno no começo e depois, quando realmente nós entendemos que aquele policial merece ser especializado em policiamento ambiental, para que a gente não invista naquele policial que depois ele volta para a polícia militar, para o territorial, por exemplo, portanto nós passamos um tempo com ele, experimentamos esse policial, vemos se esse aqui realmente compensa investir, então ele vai fazer o curso de policiamento ambiental, não quer dizer que antes do curso ele não possa atuar, ele já atua no policiamento na viatura, com outro policial mais experiente, mas ele já atua nas fiscalizações, mas a gente vai investir realmente naquele policial que vai vingar, que vai ficar um bom tempo aqui. Direção ao policial preventivo, é 4x4, esse é um estágio nosso também de referência no Brasil. Formamos policiais de outros estados e formamos policiais de outras especializadas da polícia militar, especialmente o Choque e a Rota, eles vêm fazer curso de 4x4 aqui, é aquele negócio, quem tem o problema, acaba tendo as soluções daqueles problemas, então, como nós atuamos muito mais em área rural, em ambiente rústico, então nós temos mais experiência, acabamos formando outros policiais nessa vertente do 4x4. Nas técnicas de policiamento náutico também, quem vai fazer isso é o 3º Batalhão - Litoral, mas também em águas

interiores, a parte de manutenção e preservação do equipamento e como fiscalizar peculiaridade do policiamento náutico, como a intervenção policial, a parte de tiro, então quer dizer, não é como terrestre. Fiscalização de atividade madeireira também merece uma especialização do policial para identificar a forma de fiscalização, atualizar a forma de fiscalização. Geoprocessamento, que a gente vê como o futuro da fiscalização ambiental, que é realmente conseguir vislumbrar a infração, antes que ela cresça, e mesmo que haja uma ação ativa do infrator para que esconda aquela infração, então, olhando realmente com imagens de satélite ou a imagem aérea, geoprocessamento, nós conseguimos encontrar aquelas infrações que não estão às vistas quando se faz o policiamento e simplesmente passando na via pública, então é uma área que tende a crescer. Identificação da fauna marinha, principalmente para o 3º Batalhão - Litoral, manejo, identificação de animais também nos interessa, fazemos lá na parte de Jundiaí, a parcerias com organizações não governamentais. Identificação de informações florestais numa parte especializada que vem lá daquele policiamento ambiental, então nós destacamos essa área como a parte final, a parte mais importante que nós vislumbramos, foi formado então um estágio específico. E nesse ano de 23, tivemos a edição de uma Lei Federal, a Lei 14.751, que é a Lei Orgânica das Polícias Militares, e dos bombeiros militares também. Então foi editada essa Lei Federal e ela trouxe alguns avanços na parte de atuação das polícias militares, na fiscalização ambiental. Eu destaquei aqui, primeiro, as polícias militares passam a integrar diretamente o SISNAMA, nós não tínhamos esse problema em São Paulo porque nossa Constituição Estadual já determinava que a polícia militar integra o sistema estadual como órgão de fiscalização, mas outras polícias não tinham esse respaldo, algumas polícias não conseguiam fazer a fiscalização ambiental. Eu vou citar aqui o exemplo de Goiás, que tem uma polícia ambiental que não autuava, não lavrava auto de infração ambiental, então agora sim, por dispositivo federal, as polícias militares passam realmente a integrar, de forma incontestada agora o SISNAMA, e nos incumbiu de prevenir as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, passa a ser uma incumbência também federal. Lavar auto de infração ambiental, então todas as polícias vão ter que realmente se acertar, em São Paulo, não tivemos grandes alterações, porque já fazemos. A aplicação de sanções e penalidades administrativas, seja cessar a degradação ambiental, também vai fazer parte de todo o Brasil, todas as polícias militares, através de seus comandos regionais, através de comandos policiais especializados, cada polícia tem sua estrutura, também com essa competência. Promover ações de educação ambiental, nós já fazemos aqui, não de forma estruturada ainda, tivemos programas no passado, com o Programa Bem-Ti-Vi, por exemplo, do 2º Batalhão, mas também passou a ser incumbência de educação ambiental para as polícias militares e, além de outras mediante convênio ou delegação dos órgãos estaduais. Então, é uma alteração importante, melhora a integração entre as polícias ambientais do Brasil. Para se ter uma ideia, na semana passada desenvolvemos uma atuação em parceria com a polícia do Paraná, para a preservação de uma Unidade de Conservação deles, nas Lauráceas, que é muito próxima aqui de São Paulo, então eles atuaram realmente lá no estado do Paraná e a gente aqui no Vale do Ribeira, então esse tipo de legislação, de avanço, então, realmente tende a melhorar a atuação e a integração das polícias ambientais do Brasil, e consequente, a melhora da fiscalização e da entrega do serviço ao público. Então, de linhas gerais,

essa é a nossa apresentação, nossa prestação de contas muito rápida do que fizemos em 23. A polícia ambiental, como o comandante falou, 75 anos de existência, fazemos agora em 24. Somos nascidos no Instituto Florestal, hoje IPA, foi criado realmente, eu creio queria que seja a primeira polícia ambiental do Brasil, as demais foram criadas um pouco antes da Eco Rio 92, mas São Paulo já tinha saído na frente até lá de, se for considerar Estocolmo, 72, nós temos a polícia ambiental com o nome de Florestal desde 49. Então, realmente é uma instituição já antiga, já consolidada, e já experimentada. Muito obrigado.

02:54:10 Jonatas Trindade: Obrigado, Major Júlio César, realmente é o resultado de 2023, com o mérito de toda a polícia militar sob a coordenação do Coronel Martins, e agora, num processo recente que foi de passagem para o coronel Navarro, desejo sucesso a vocês. Deixar aberto para fala dos conselheiros. Por favor, Alexandre, professor.

02:54:42 Alexandre Perinotto (Unesp): Muito obrigado. Foi um relato bastante rico, agradeço ao major. Tenho só uma pergunta, ignorância minha mesmo, qual a destinação desse material apreendido? Pescado, palmito, madeira... E mais uma observação, a gente está numa batalha, do começo dos anos 2000, não é uma coisa nova do ponto de vista de conceituação, mas que a gente vê sempre cursos, atualizações e tal em relação a fauna e a flora, então são os elementos bióticos, é a biodiversidade, e pouco se fala sobre a geodiversidade, ou seja, existe uma relação biunívoca incontestável entre geo e biodiversidade, e essas duas esferas compõem o que tem de mais importante no planeta. A gente não vê muito isso, então a gente está com essa conceituação, que precisa ser mais divulgada e tal. Eu acho que as universidades têm muito a contribuir com a polícia ambiental nesse sentido, de se focar um pouco mais, sei que vocês fazem, mas não dão o nome, então é trabalhar com essa perspectiva da geodiversidade, como substrato para a vida, e uma modificando a outra. Obrigado.

02:56:09 Gloria Roberta Paffi: Como passamos para a segunda rodada dos debates, vou passar para o próximo inscrito, doutor Daniel, da PGE.

02:56:19 Daniel Smolentzov: Obrigado. Quero parabenizar o major pela exposição e parabenizar principalmente todo o policiamento militar ambiental do estado de São Paulo. Nós, que acompanhamos o trabalho de vocês no dia a dia, nós percebemos o quanto é bom o trabalho feito pela polícia militar ambiental do estado de São Paulo. Realmente há muito empenho da corporação, é um trabalho feito com bastante lisura, com bastante empenho, como disse, e que traz muitos frutos para todos nós. Então, parabéns a toda a polícia militar ambiental de São Paulo. Obrigado por trazer aqui ao CONSEMA esses dados de 2023, é muito importante também nós termos a ideia desse todo e agradeço novamente ao trabalho de vocês, e parabenizo principalmente. Um abraço.

02:57:17 Gloria Roberta Paffi: Obrigada, o próximo inscrito é Paulo Nelson.

02:57:26 Paulo Nelson do Rego: Meus parabéns ao major Júlio César, pela bela explicação. Polícia ambiental é realmente motivo de muito orgulho. A gente sempre apoiou a polícia ambiental. Eu, quando eu tive a experiência de estar na Dersa tratando do licenciamento do Rodoanel, nós tivemos a felicidade de poder contemplar a polícia ambiental com uma boa fatia da compensação da rodovia. Infelizmente, quando foi do licenciamento do eixo leste, o governador José Serra, naquela época, contingenciou o investimento, que também estava previsto para a polícia ambiental. Então a gente vê que tanto trabalho, tanta dedicação e a necessidade de tanto investimento, e que a gente acha que precisa realmente ser objetivado. Eu parabenizo muito o Coronel Martins por todo o trabalho que fez no seu período que teve aqui na CONSEMA, um homem de diálogo, um homem que se abre realmente a busca da excelência da polícia ambiental. E vamos recebendo Coronel Navarro para que ele possa realmente dar continuidade a esse nível de diálogo. E fica aqui a provocação, qual seriam os investimentos que nós, conselheiros, precisamos brigar para que a polícia ambiental ainda venha conquistar junto do sistema? Abraço, até mais.

02:58:59 Gloria Roberta Paffi: Obrigada. A próxima inscrita é Gilda Nunes.

02:59:06 Gilda Nunes: Eu também gostaria de parabenizar o major pela apresentação. Ele comentou da questão do número de vagas para policiais e o número de preenchimento dessas vagas, e dá pra perceber que existe um claro muito grande. A gente sabe, nós tivemos em reunião com o antigo, a pessoa que foi substituída, Coronel Martins, e ele nos falou que o litoral norte, inclusive, é onde tem o maior claro, né? A gente precisa, inclusive, de preenchimento de vagas de tenente. E o que ele nos disse, digamos assim, nos prometeu, é que no final do ano, novas vagas, novos cadetes sairiam e preencheriam essas vagas de tenente aqui no litoral norte que estão vagas. E aí a minha pergunta vai justamente com relação a isso, porque é uma região que tem maior crescimento do estado de São Paulo, é uma região onde tem o maior número de Unidades de Conservação e Áreas de Proteção de Mata Atlântica e, no entanto, é uma região também que tem maior claro do estado de São Paulo. Então, a minha pergunta vai no sentido de, se existe realmente esse prazo para preencher essas vagas, e quantas vagas seriam? Obrigada.

03:00:30 Gloria Roberta Paffi: Obrigada, o próximo inscrito é Fernando Prioste.

03:00:35 Fernando Prioste: Bom, também agradecer o major Júlio pela apresentação. Acho que é sempre muito importante, a polícia militar ambiental tem demonstrado essa abertura para o diálogo e trazer aqui ao CONSEMA as questões, eu acho nos ajuda, como coletivo, a pensar. Uma das questões que me vem à mente nessa reflexão, foi apresentado lá que foram lavrados mais de 20 mil autos de infração ambiental, se não me engano, no período de um ano. O que seria interessante é que a gente pudesse fazer uma análise um pouco mais detalhada do destino dessas infrações ambientais, tanto depois que ela entra, vamos dizer assim, no julgamento do processo administrativo, tanto quanto nas questões relacionadas ao judiciário, como o judiciário analisa essas infrações, para que a gente possa ver, ao final, quantas infrações efetivamente foram mantidas, as multas, quando essas multas e onde elas foram

pagas e, principalmente, naquelas medidas relacionadas a recomposição, por exemplo, nos casos de supressão de vegetação, da vegetação nativa, eu acho que é uma análise importante, porque no âmbito da polícia militar ambiental, a fiscalização começa com o lavratura do auto de infração, mas as consequências que vem daí vão para frente e muitas dessas infrações acabam caindo, e um dos temas têm sido justamente aquela questão da atribuição do nexo de causalidade nas infrações ambientais. E por último, também reconhecer que a legislação tem mudado, principalmente aqui no estado de São Paulo, de forma administrativa, para reconhecer e aplicar alguns direitos que já estão previstos no Código Florestal, na Lei da Mata Atlântica, para povos e comunidades tradicionais. Recentemente, nós tivemos a oportunidade de fazer um diálogo com oficialato da polícia militar ambiental a respeito desse tema, que para nós do Instituto Socioambiental é muito importante, tanto para assegurar direitos a essas comunidades que vêm sendo afetadas por políticas de restrição do manejo, principalmente, da vegetação nativa, há muitos anos, mas também para que a gente possa fazer com que a legislação se aplique de forma absolutamente correta nessas comunidades, garantindo o manejo e garantindo, sobretudo, a conservação ambiental. A gente, nesse diálogo, pode apresentar informações que dizem respeito ao papel dessas comunidades tradicionais na conservação ambiental. Muitas das comunidades, por exemplo, do Vale do Ribeira, ostentam mais de 90% de vegetação nativa no seu território e numa comparação feita pelo Map Biomas, com relação as, vamos dizer assim, fazendas privadas e os territórios coletivos de povos e comunidades tradicionais, se essas fazendas privadas, no período de 85 a 2022, perderam 25% da sua vegetação nativa em todos os biomas, nos territórios de povos e comunidades tradicionais titulados, de comunidades quilombolas, houve um acréscimo, nesse período de 85 a 2022, de 7.4 mil hectares de vegetação nativa a mais, então, também um convite, coronel, para que a gente possa seguir nesse diálogo, que tem sido muito frutífero, e eu acredito que beneficia tanto o trabalho da polícia militar ambiental, como os direitos das comunidades tradicionais. Obrigado.

03:03:36 Gloria Roberta Paffi: Obrigada, próxima inscrita, Rosa Ramos.

03:03:42 Rosa Ramos: Bem, eu quero me manifestar também para dizer aqui o reconhecimento da OAB São Paulo ao trabalho realizado pelo coronel Dinael Martins, um participante, inclusive, do nosso Fórum Permanente de Mudanças Climáticas e Desastres Naturais, da OAB São Paulo, que foi constituído o ano passado. Uma pessoa que nos prestou um grande serviço no convívio, no contato e principalmente ao estado de São Paulo, representando a polícia militar do estado. E parabenizar a apresentação do major Júlio César, também uma pessoa que contribui bastante conosco, em informações, em tudo que, quando necessitamos recorreremos, então, muito obrigada. E dar boas vindas também ao Coronel Navarro, nos colocar à disposição para o que for necessário. E, principalmente, coronel, nós temos um grande, respeitamos muito a OIDA, essas operações integradas, e nesse sentido, queria também encaminhar aqui como é que nós, como Comissão Permanente de Meio Ambiente da OAB São Paulo, poderíamos contribuir, com os nossos membros da comissão, se seria possível, e se isso auxiliaria de alguma forma estarmos próximos para essas operações, era isso.

03:05:15 Gloria Roberta Paffi: Obrigada, próximo inscrito, Nalon.

03:05:19 Marco Aurélio Nalon: Bom dia. Queria deixar registrado aqui, coronel, as boas vindas desse conselho e também a nossa vizinhança histórica, lá no IPA. Quero dizer que ela continua lá firme, permaneceu com o coronel Martins, com todos que já passaram, e a gente está lá para colaborar com tudo o que precisar. A gente já tem uma história, principalmente na parte de madeireira, que a gente conhece bem, com a nossa amiga Sandra Flor Chainé (03:05:44), então desejar sucesso, sucesso também ao Coronel Martins na sua nova empreitada e contar sempre com o IPA lá, com a parte técnica, no que for possível. E fora isso, a gente tem as nossas relações de vizinhança. Se a gente precisar de um caminhão, um ou outro, a gente está sempre se ajudando lá, isso é muito importante para a gente. Obrigado e parabéns pela apresentação, major.

03:06:08 Gloria Roberta Paffi: Próximo inscrito, Ricardo Crepaldi.

03:06:13 Ricardo Crepaldi: Major Júlio, parabéns pelos dados apresentados. Coronel Navarro, bem-vindo ao grupo. O coronel Dinael, nosso agradecimento a todo o trabalho. Especificamente como atuou também como presidente do Comdema de Bauru, então, o coronel Dinael ajudou com que a gente comesse, retomasse a apresentação de dados para a população, para os conselheiros e população, que isso é muito importante. É exatamente isso que foi feito, e a gente tenta manter isso mensalmente lá em Bauru. Mas vem um ponto que aí eu não sei se o major tem agora os dados, mas existe um ponto que tem que ser trabalhado entre a polícia militar ambiental, o município, com relação aos autos de infração. Às vezes tem chegado, não denúncias nesse sentido, mas algumas manifestações de munícipes, por exemplo, que a polícia militar ambiental autua, e veio a prefeitura, a Secretaria de Meio Ambiente, e autua de novo. Então, na discussão local, e eu acredito que isso eu possa colocar em várias outras cidades, existe isso daí, porque o estado, a base de dados, são diferentes. E aí, um não sabe o que aconteceu com o outro, então são dois pontos. Primeiro, a discussão falou que talvez uma assinatura de um termo de convênio entre município e a polícia militar ambiental já resolveria essa falta de fluxo de informações e de retrabalho até, se nós estamos falando da mesma autuação, do mesmo munícipe, no mesmo local, não importa se eu estou falando de área urbana ou rural, mas há algum outro, como está esses acordos ou outros tipos de documento para poder fazer com que realmente a gente tenha um fluxo e não tenha retrabalho, que o trabalho da polícia militar é muito importante, ou seja, se ele não precisa fazer uma fiscalização, porque já foi feita, ele vai para outra, que a gente tem muita coisa para ver no estado. Então, se, como é que está esse andamento para gente não ter esse tipo de retrabalho e potencializar o serviço da polícia militar ambiental em outras ações que não tenha devida fiscalização. Obrigado.

03:08:41 Gloria Roberta Paffi: Obrigado, próximo Rafael Frigerio.

03:08:48 Rafael Frigerio: Bom dia a todas e todos. Em primeiro lugar, externar, em nome da CFB, as boas vindas ao coronel Navarro, grande parceiro de outras jornadas

e instância na fiscalização ambiental estadual. Parabéns ao major Júlio César pela apresentação, com todo o relato do esforço da polícia militar ambiental no exercício de 2023. E parabenizar a própria corporação polícia militar ambiental por todo esse esforço empreendido no ano de 2023, na figura do comando do Coronel Martins, mas também já sinalizando aqui, com o coronel Navarro, a sequência de todo esse trabalho super importante realizado pela polícia militar ambiental. Esse esforço, sempre importante frisar, ambos colocaram dessa forma, o trabalho integrado, já de longa data entre as instituições, SEMIL, CFB, SSP, CPAMB, e com base no que está ali estabelecido no termo de cooperação vigente, que estabelece as bases desse apoio técnico administrativo e financeiro, e colocando aqui a CFB à disposição para que, em conjunto com toda a coordenação da Subsecretaria de Meio Ambiente, da SEMIL e da própria SSP, a gente possa desempenhar, nesse trabalho conjunto, a melhor prestação de serviço possível para a sociedade no que se refere a todas as infrações ambientais que a gente vislumbra em território paulista. Muito bem, parabéns.

03:10:18 Gloria Roberta Paffi: O próximo inscrito, Eduardo Leduc

03:10:22 Eduardo Leduc: Bom, parabéns pela apresentação, major Júlio César. Bem-vindo, coronel Navarro. Eu gostaria de fazer aqui um agradecimento a vocês, a polícia, incluindo o nome do comandante Carlos Magno, no litoral norte, por um projeto que a gente está implementando bastante inovador, o primeiro projeto de vigilância solidária ambiental do país, com muito apoio, mas eu quero agradecer no sentido da abertura que vocês tiveram para inovação, e assumiram a liderança, inclusive, eu acho que vai de encontro a uma daquelas metas de ações preventivas, e não somente autuações, mas você atuar preventivamente, evitando degradações adicionais. Eu acredito que mais alguns meses a gente pode até trazer para cá as experiências que a gente está acumulando e aprendizados desse programa, então, muito obrigado com relação a isso. Segundo ponto, pegando uma carona no que a Gilda falou, esse clarão que existe no litoral, esse claro que existe no litoral norte em relação a posições, e o aumento da pressão sobre a Mata Atlântica, e aí, junto com a urbanização e especulação imobiliária, realmente é muito importante para a gente ter essas vagas, porque realmente a região, geograficamente é grande, mas topograficamente também é muito complexa para ser atendida. E a minha pergunta, que vai um pouco no que o Paulo Rêgo falou é, o que pode ser feito, como grupo aqui do CONSEMA, como sociedade civil, para que o trabalho de vocês seja mais efetivo no final? Uma vez que vocês tem regiões que a gente sabe que vocês fizeram 50, 80 autuações, mas realmente a recuperação da área, o que fazer com aquela pessoa que está ali, depende da ação do município, não é só de vocês, então eu vejo um esforço imenso de autuações ao descumprimento de embargo, mas que não tem uma ação rápida, ou talvez até não tem nenhuma ação por parte do município para que o trabalho de vocês tenha efetividade. Se tem alguma coisa, a pergunta é, que nós viríamos a fazer, não sei se é como estado, como grupo, como CONSEMA, para que o trabalho de vocês tenha mais resultado rápido por parte das autoridades que complementam o trabalho que vocês fizeram.

03:12:50 Gloria Roberta Paffi: Obrigado, próximo inscrito, Henrique. Na sequência,

devolver a palavra ao major Júlio para qualquer manifestação, ou coronel Navarro também. Obrigada.

03:13:00 Henrique Kefalas: Bom dia. Agradeço pela apresentação, parabênz, foi excelente. Vou ser bem breve, no sentido até de complementar algumas questões colocadas aqui pelo Eduardo, mas principalmente pelo Fernando, no sentido de que é fundamental essas ações exercidas pela PM Ambiental, das ações de comando e controle, mas que a gente precisa de fato, avançar nessa qualificação acerca dos autos aplicados, quais foram efetivamente mantidos e tal, porque a gente entende que isso é um, e aí eu falo especificamente no contexto da fiscalização náutica, ou das atividades pesqueiras, que é um grupo que a gente trabalha intensamente com pescadores e pescadoras artesanais, no sentido do papel que essas informações têm no manejo e na gestão dessa atividade. Ou seja, quando a gente, de fato, consegue perceber se essas infrações depois são mantidas, e acho que isso cabe até mais a SEMIL mesmo num processo de, na hora da avaliação disso, para a gente entender quais são as normas que efetivamente estão sendo utilizadas na aplicação desses autos, entender quais são as práticas pesqueiras que estão sendo evidenciadas, como inadequadas em determinados territórios, para que isso possa ensinar justamente os combinados sobre processos de gestão nas áreas protegidas. Quando a gente teve a experiência de desenvolver, Rodrigo, o Plano de Manejo das APAS Marinhas, isso apareceu com muita força, inclusive, o estado de São Paulo foi pioneiro em revisar algumas normas, como a instrução normativa número 12, depois a 166 aqui no estado de São Paulo, não é isso? Trouxe uma regionalização da gestão pesqueira e que tem uma relação muito direto à evidência dessas infrações que são percebidas essencialmente pelo pelas ações de comando e controle. Então daí a necessidade mesmo a gente se (03:14:38 áudio cortou] aprofundar nessas informações, entender como isso pode dar um passo além, que é nas medidas efetivas de gestão da atividade.

03:14:49 Maj PM Júlio Cesar Araújo da Silva: Bom, eu espero ter anotado tudo aqui. Sobre os materiais apreendidos, depende do material. Se é um material que pode ser doado, ele será doado para instituições de caridade, por exemplo, pescado, que ainda está fresco, ele realmente é doado, agora tem outros que não pode, por exemplo palmito, que ele é apreendido em razão das condições sanitárias, ele não pode, ele é destruído. Equipamentos, materiais, por vezes dá o perdimento se ele é constituído exatamente para a infração, se não ele é apreendido e após encerrado o processo administrativo, ele é devolvido ao seu proprietário, mas realmente pode ser doado. Madeira sem origem também, por exemplo, é doada para instituições também. Então, realmente a destinação acaba sendo, nós não vamos perder o bem ambiental. Já houve o dano, já houve o dano, então nós não podemos perder esse recurso, então esse que é o princípio. Quanto à parte da geodiversidade, realmente tem parcerias com universidades, nós temos algumas, se eu não me engano na Ufscar temos uma parceria recente, mas batalhões, eles fazem a gestão do seu território com uma certa autonomia, apesar de ter essas operações do CPAMB, entendemos que há biomas diferentes, há formações florestais diferentes, há condições geográficas de IEDH diferentes, condições humanas, então, quer dizer, o próprio comandante, ele tem a sua gestão local. Lógico que sempre pode ser aperfeiçoado, hoje a polícia militar trabalha

basicamente ouvindo a população, é um dos princípios, um dos pilares da polícia militar, que a polícia comunitária é ouvir. O nosso conselho aqui, Eduardo Leduc falou do PVS Ambiental, é algo pioneiro que surgiu em 23. Temos já o PVS territorial comum, o coronel é um entusiasta da questão, o PVS vem muita informação de lá. Tem um PVS escolar, o PVS, acho que tem industrial, alguma coisa assim, mas nós, então, nesse ano de 23, foi estruturado realmente, as coisas começaram até aqui no CONSEMA, uma discussão lá, depois veio para cá e conseguimos estruturar isso aí junto à polícia militar, que é o PVS Ambiental, exatamente para entender essas regionalidades, essa diversidade, essa geodiversidade. Então, temos trabalhado nesse sentido, mas sempre dá para melhorar. Sobre os claros da polícia ambiental. Na verdade, toda a polícia, a polícia militar inteira tem claro seu quadro, nunca se trabalha com o quadro completo, e nossa média, a polícia militar está na média da polícia militar. Hoje, a polícia militar, ela tem 85 mil homens, 2% dedicado ao policiamento ambiental. Essa média, 2% é recorrente no Brasil. Observamos que todas as polícias militares têm mais ou menos 2% dedicado ao policiamento ambiental. O que o Coronel Martins falou de realmente completar os claros de oficiais, de tenentes lá no Vale do Paraíba, realmente é um compromisso e vamos ter uma formatura no fim do ano de novos aspirantes. Na gestão do Coronel Martins, conseguimos trazer por dois anos consecutivos aspirantes, que são aqueles que são formados, os cadetes são formados na academia, são quatro anos de formação. Eles vão fazer o primeiro nível de gestão da polícia militar e, já há muitos anos, foi em 2012, que tinha se conseguido isso daí, e agora, em 2022, 2023 conseguiu a polícia ambiental trazer mais quatro aspirantes, depois mais três aspirantes. Então algo que não acontecia há 10 anos, então 2022, 2023, a polícia ambiental recebeu aspirantes para esse reforço. É lógico que aí é priorizado, conforme as demandas e tal, então vai depender agora da gestão do nosso comandante, como é que se observa essa gestão de pessoal. Quanto aos processos, o Fernando Prioste falou, sobre os processos administrativos, análise, de tanto de TCRA, quanto de multas, quanto de manutenção. Nós fazemos essa parte de gestão dos processos, na verdade, quem faz a gestão principal acaba sendo a CFB, de forma muito competente. Nós participamos do atendimento ambiental, participamos das comissões regionais e da comissão especial de julgamento. Eu não tenho aqui um dado preciso, talvez a CFB tenha, da manutenção, mas eu creio que daqueles que entram com recurso contra o auto de infração ambiental nosso, menos de 10% conseguem realmente comprovar de que não cometeram a infração, na parte administrativa, aí aqueles que se enveredou na via judicial para questionar, e aí tem se questionado realmente a parte do nexo de causalidade, ou a teoria da culpabilidade que nós já falamos aqui em outra oportunidade. Hoje, nosso guia de procedimentos operacionais, ele está exatamente contemplando essa nova leitura do judiciário quanto à necessidade da culpabilidade. Ou seja, o dolo, a pessoa quer cometer infração, ou culpa, imprudência e perícia, ou negligência ao cometer a infração. Então, o nosso guia foi atualizado e já tinha as unidades sido noticiadas dessa mudança, já em 23, e agora então em fevereiro, no começo de fevereiro, foi editado nosso novo guia de procedimentos, já contemplando essa atualização do entendimento do poder judiciário contra a necessidade de existir culpa ou dolo. Então nós esperamos que diminua esse tipo de contestação, por isso a gente já observava, mas aí, por vezes, não relatava isso no B.O, porque não era obrigatório, hoje ele passa a ser obrigatório ele relatar como

ele observa culpa ou dolo daquele autuado no boletim de ocorrência. Então, nós tivemos essa atualização, eu acho que vai melhorar bastante. Sobre os povos tradicionais, a observância dos povos tradicionais, fizemos também em fevereiro, até uma reunião com o Fernando Prioste, ele apresentou os dados da comunidade quilombola, e nós atualizamos também nosso guia de procedimentos, então, por exemplo, hoje a Roça de Coivara, que por vezes é contestado que o nosso policial atuava, hoje ele não vai autuar diretamente, ele tem que voltar para o escritório, ele vai observar toda aquela documentação que foi apresentada, as condições que ele encontrou, para depois fazer a autuação, exatamente porque há uma subsistência nesse tipo de intervenção. Então a gente não pode realmente intervir de forma que o alimento, que aquela condição de sobrevivência da pessoa seja atingida de forma abrupta, então é um cuidado um pouco maior com essas comunidades tradicionais que a gente tem tomado, realmente, então, hoje se tiver que ser autuado, vai ser autuado, mas com cuidado, com respaldo maior ainda. Já era feito de forma técnica, mas hoje nós estamos reforçando esse tipo de conceito no policial que está autuando. Sobre a autuação, municípios e polícia ambiental, para que não haja lá duas autuações. A Lei Complementar 140, ela já faz um corte daquilo que é intervenção local e que é de competência dos estados. Por vezes, pode haver uma nova autuação, mas se ela for de competência do município, vai sobressair aquela, então ele pode contestar realmente, olha, eu fui autuado pelo município, e aí a nossa autuação ela tem que realmente ser revista, ela tem que cair, desde que a competência seja municipal, agora se eles entrarem, o município acaba entrando na parte maciça ou florestal, por exemplo, que não é competência deles, aí realmente a nossa vai prevalecer, eles que vão ter que cancelar o auto deles por lá, porque realmente a competência originária é do estado, mas não existe realmente ainda um sistema de comunicação, acaba tendo que passar pelo autuado e tal, então a gente pode talvez pensar algum tipo de sistema, lógico que são 645 municípios, para autuar de forma mais sistêmica. Nesse sentido, talvez, a gente possa pensar em alguma coisa nesse sentido assim. Eu acho que sobre a qualidade dos autos infração ambiental, que foi falado também, já falamos um pouquinho, sobre conhecer realmente como que a infração acontece, onde que ela acontece, isso nós temos adotado a metodologia da polícia militar, que é o programa de policiamento inteligente para o nosso policial, ele já sai com o que a gente chama de Cartão de Prioridade de Patrulhamento, o CPP. Então hoje nem todas as denúncias, por exemplo, que caem na polícia ambiental, vão ser atendidas de imediato. Se a gente for simplesmente atender ocorrências, atender denúncias que a gente faz, que nós fazemos, se a gente fazer simplesmente isso, a gente não consegue atuar realmente nas grandes infrações. O nosso maior número de denúncias, por exemplo, é maus tratos animais. Animal doméstico, maus-tratos a cães e, por vezes, é o vizinho que denuncia porque o cachorro está latindo. Então, quer dizer, eu deixo de fazer uma atuação, deixo de fazer um empenho do nosso policial em ações repressivas e preventivas que realmente conservem recursos naturais para fazer a parte de, às vezes, de briga de vizinhos. Então, a gente tem passado esse tipo, com cães, por exemplo, às vezes até policiamento de área que tem uma captação maior do que a nossa. Então é conhecer, e isso faz com que nós conheçamos o território e passe a empenhar o nosso hoje, o nosso tenente, nosso gestor, primeiro ele passa a empenhar os recursos realmente onde precisam, então o nossa principal fonte é os autos de

infração ambiental. Nós sabemos que nós não conhecemos todos, são 1700 homens, a gente não consegue estar em todos os locais ao mesmo tempo. Uma fonte nossa, os próprios dados do IPA, para a gente conhecer, do IPA, conhecer o que está acontecendo, para depois nós autuarmos de forma sistemática, conhecendo o tipo de inflação, local, onde é que as coisas estão acontecendo. Quanto à colaboração, tanto desse CONSEMA, quanto da OAB, quanto da comunidade em geral, acho que o comandante tem mais propriedade para falar sobre isso, eu acho que ele pode falar sobre a política de comando.

03:26:25 Coronel PM Leandro Carlos Navarro: Bem, muito obrigado pelas perguntas, só complementar tudo aquilo que o major Júlio já muito bem explorou e explicou aqui. Sobre efetivo, que é uma coisa que pega muito para a gente. Hoje nós temos quase 500 policiais do nosso fixado e, do nosso existente, de fato, que estão operando hoje, isso é no quadro inteiro da polícia militar, mas o governo do estado tem essa preocupação, e a segurança pública hoje ela ocupa um lugar de destaque no governo, do nosso governador Tarcísio, nós estamos em guerra contra o crime, isso acho que é notícia para todo mundo, não é novidade para ninguém aqui, vide o que está acontecendo, a Operação Impacto, que está acontecendo no litoral, no litoral sul. É uma guerra contra o crime organizado, contra o crime violento, de alta violência, que está se assenhoreando e tomando conta de alguns territórios, então é uma preocupação com relação a isso. Isso faz parte do fortalecimento das forças policiais, polícia civil, polícia técnico científica, a polícia penal e também a polícia militar, que é quem está na ponta da linha ali, fazendo esse enfrentamento. Então nós temos algumas ações que estão sendo estruturadas, como a reconstrução de policiais veteranos para atividades administrativas, isso é um projeto que vai passar pela Assembléia também, mas já está no forno para sair, e isso vai tirar também alguns policiais que são importantes ali, para a gente fazer algumas questões administrativas, para a gente poder colocar eles na rua. Então, é um contingente maior de policiais na rua. A contratação de policiais voluntários, temporários, que a gente já tinha no passado, e agora em uma outra conformação de um prazo de contrato de até oito anos, como as forças armadas fazem também nos seus quadros de específicos, então o estado de São Paulo também vai, já tem esse projeto que também está para ser *startado*, e aí a gente consegue dar um fôlego e colocar mais policiais na rua. Exatamente policial que a gente gasta um ano na sua formação, um grande tempo também, e um investimento grande na sua preparação e qualificação profissional, principalmente especializada nas varas especializadas que a polícia militar tem, ambiental é uma delas, que requer um treinamento muito específico para aquele policial, então a gente gasta um tempo muito grande para ele estar, às vezes, tendo que ser alocado numa atividade meio, então a gente quer colocar esse policial na ponta da linha. Esse acho que é a maior grita, além da necessidade, e isso também, a gente está ampliando o nosso poder, e eu estou falando de polícia militar, ampliando nosso poder de formação, descentralizando isso em todo o estado. E aí entra especificamente a parte do litoral norte, que realmente é uma preocupação nossa, porque a gente precisa pegar o policial da região, que mora na região, porque se não ele vai pedir para sair, a questão da distância de moradia é uma coisa que a gente precisa colocar no papel e analisar, então, os concursos regionalizados também estão na pauta para a

gente poder exatamente contratar aonde está precisando de maior efetivo. Tudo isso requer toda uma tratativa legislativa, então, requer um tempo, uma maturação para a gente poder colocar isso efetivamente em operação. A OIDA, a gente tem um grupo específico e com treinamento diferenciado exatamente para situações e áreas de alto risco, e alta criminalidade, armamento diferenciado, equipamento diferenciado, para eles poderem atuar nessas regiões, nesses territórios. A ideia, e dentro de um plano de segurança pública de todo o estado de São Paulo, a gente aprimorar isso, melhorar e até ampliar, depende de efetivo, depende de muitas situações, mas a ideia é que a gente tenha um núcleo, hoje a gente tem um núcleo aqui na área do primeiro batalhão, na região metropolitana de São Paulo, e o núcleo na baixada santista, que faz ali Guarujá, Santos e São Vicente, para poder fazer exatamente as fiscalizações nas Unidades de Conservação, nas áreas de proteção de mananciais, nas APAS, enfim, mas que tem a questão da criminalidade comum, como um fator que a gente precisa colocar no nosso planejamento operacional para dar sustentação aquele policial, para que ele tenha todos os instrumentos e o conhecimento para poder chegar no local, executar sua missão sem correr riscos e poder ter um resultado esperado pela gente. Eu acho que é basicamente isso, também vamos, não adianta a gente ficar, tem muita coisa pra falar aqui. A gente se empolga, mas acho que a gente vai se conhecendo e vai alinhando. Nós estamos abertos e queremos, inclusive, ouvir mais. Ouvir boas práticas, ouvir ideias para a gente poder melhorar sempre, e essa é uma questão que é muito cara para a gente. O aprimoramento, o envolvimento, esse alinhamento exatamente, porque como foi mostrado aqui, nós temos todo um arcabouço jurídico de atuação, então podemos atuar, mas isso tem que estar direcionado e tem que estar alinhado com as políticas públicas, com os esforços de vários órgãos e tem o mesmo objetivo, que é da qualidade ambiental para a nossa população, para o nosso estado e para o nosso país, porque não dizer. Então acho que é isso, o compromisso é esse, meu muito obrigado mais uma vez, externar a minha gratidão a Deus e a todas as pessoas que passaram pela minha carreira. Eu tenho 34 anos de serviço, acredito que eu tenho um pouquinho de experiência para poder exatamente a gente melhorar. É difícil manter esses números, porque com efetivo baixo, a gente consegue cumprir as metas, e algumas delas, até superá-las, é um fenômeno que a gente precisa estudar, viu o professor Alexandre. Mas é isso, é com inteligência, otimizando o esforço. Não dá para a gente fazer tudo, a gente tem que priorizar aquilo que realmente é importante, treinar o policial para isso, direcioná-lo, usar todos os sistemas de informação para que ele chegue na ponta da linha no menor tempo possível e resolva aquele problema de maneira efetiva e eficaz. E aí entra também esse pós auto de infração, que é uma coisa que a gente tem, já melhorou muito, da época que eu era tenente, que a gente fazia autuação lá na caneta e no papel, aquele auto, na prática, muitas vezes não virava nada, e a gente tinha esse sentimento, ó, estou enxugando gelo, e é isso que o policial não pode sentir. Ele tem que ter a sensação de que o que ele está fazendo é importante e tem um resultado, na prática, quer seja localmente aqui naquela atuação, mas também de maneira global e regional. Enfim, então é uma coisa que a gente precisa, tem sempre para melhorar, tem sempre, a gente, e a tecnologia está aí também, alguém falou também de sistemas, a integração, isso é fundamental. A gente carece disso, nós temos a questão do *busy idem* (03:35:33). Então assim, mas a 140, ela veio e pacificou isso, pelo menos, regra geral, quem licencia tem a prevalência da

fiscalização e tem a prevalência do auto de infração. Então, se é do município, o município fiscaliza e autua. Se não tem órgão fiscalizador, então a gente faz isso complementarmente, mas o ideal é que o município fiscalize todas as atividades que ele licencia. E eu queria dar parabéns também porque eu acompanhei, na TV CONSEMA aqui, a reunião extraordinária que aprovou o Licenciamento Ambiental Municipal, importante, geração de emprego, dar agilidade para os investidores, enfim, mas a gente tem que ter uma preocupação, e a gente se coloca à disposição também na questão de inteligência de segurança pública. Nós temos municípios que não tem a menor, hoje. Na verdade, não é o município, é o gestor público não tem condições morais sequer de poder firmar qualquer tipo de convênio. Nós temos prefeitos usando tornozeleira eletrônica, isso não é novidade para ninguém. Então a gente tem que ter, para esses, eu indico, até um recrudescimento com relação a essa prerrogativa de poder firmar esse convênio, porque é isso, a gente sabe também que o crime organizado ele está tomando conta, principalmente com relação ao uso e ocupação do solo, transporte público ou contratos, isso a inteligência mostra muito bem para a gente, mas a gente tem que tomar cuidado, tomar cuidado para não fortalecer ainda mais, às vezes, uma situação que ela é precária e ela é carente ali, localmente. Uma recomendação, nós temos a disposição e podemos, se for conveniente também, a gente poder ser ouvido e poder dar o nosso palpite com relação a questão de segurança pública, que eu acho que é importante, para a gente não fortalecer o crime, esse é o principal objetivo. Da minha parte acho que é só, já me alonguei demais. Muito obrigado a todos e estamos sempre à disposição.

03:38:10 Jonatas Trindade: Obrigado, Coronel Navarro. Gostaria de agradecer a participação de todos e encerrar essa reunião de hoje. Obrigado, boa semana.